Instituto Nacional de Estatística
Statistics Portugal

CENSOS 2021

O QUE NOS DIZEM OS CENSOS

SOBRE DINÂMICAS TERRITORIAIS

POPULAÇÃO

AGREGADOS E NÚCLEOS FAMILIARES

HABITAÇÃO

FICHA TÉCNICA

Título
O que nos dizem os Censos sobre dinâmicas territoriais

Editor
Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000 - 043 LISBOA
PORTUGAL
Telefone: 218 426 100

Presidente do Conselho Diretivo
Francisco Lima

Design e Composição
Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Monografia

População e sociedade | População

Edição impressa
Depósito legal nº 511620/23
Tiragem: 500 exemplares

ISBN 978-989-25-0674-6
e-ISBN 978-989-25-0636-4

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

Apoio | a clientes

218 440 695

Chamada para rede fixa nacional

© INE, I.P., Lisboa • Portugal, 2023
A informação estatística disponibilizada pelo INE pode ser usada de acordo com a Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0) da Creative Commons Atribution 4.0, devendo contudo ser claramente identificada a fonte da informação.

De acordo com os dados do XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2021) relativos às dinâmicas territoriais destaca-se:

OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

- Maior concentração da população no litoral, em especial nas áreas metropolitanas, por oposição ao interior do Continente; tendo-se registado um reforço da litoralização nas últimas duas décadas.

- Em termos médios residiam no país 112,15 indivíduos por km^2; apenas 38% das freguesias tinham densidades populacionais superiores à média nacional.

- Contraste significativo entre a densidade do povoamento das áreas predominantemente urbanas (453,7) e rurais (22,0) e entre as áreas costeiras (423,8) face às áreas não costeiras (64,6).

- Entre 2011 e 2021, a população residente em Portugal diminuiu 2,07%. O Algarve (+3,62%), a Área Metropolitana de Lisboa (+1,71%), o Cávado (+1,57%) e o Oeste (+0,27%) foram as únicas NUTS III com aumento populacional.

- Apenas 50 dos 308 (16%) municípios registaram uma evolução positiva da população, localizados maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e no Algarve.

- A relação da distribuição da população e dos alojamentos familiares clássicos sugere uma menor adequação da disponibilidade potencial de oferta de habitação à população nos municípios das áreas metropolitanas.

MOBILIDADE TERRITORIAL: ALTERAÇÕES DE RESIDÊNCIA

- Em 2021, 13,7% da população alterou a residência face a 31 de dezembro de 2019 (11,7% em 2011), tendo-se verificado também um aumento da mobilidade em todas as NUTS III, com exceção da R.A. Açores.

- Na última década, alargou-se o âmbito espacial das alterações de residência: 51,3% da população que alterou de residência era proveniente de outro município (22,2% em 2011).

- A proporção de população que a 31/12/2019 residia no estrangeiro era 1,4%, assumindo maior expressão em municípios localizados sobretudo no Algarve, na R.A. Madeira, na AML e, na fronteira da região Norte e Centro.

- Em 22 municípios, mais de 10% da população residia noutro município a 31 de dezembro de 2019.

- 60 municípios registaram taxas migratórias internas negativas, dos quais, 10 pertenciam à Área Metropolitana de Lisboa, destacando-se o município de Lisboa com uma taxa de -3%, a mais baixa do país.

ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DOS TERRITÓRIOS À LUZ DAS MOBILIDADES CASA-TRABALHO

- Os resultados sugerem um alargamento do âmbito territorial das mobilidades por motivos de trabalho: a proporção da população empregada num município distinto da residência aumentou no país (34,1% em 2021 e 32,8% em 2011) e na generalidade das NUTS III.

- Em 40 municípios, o número de empregados era superior à população residente empregada, destacando-se Lisboa e Porto. Moita, Seixal e Odivelas apresentaram um nível de emprego correspondente a menos de metade da população residente empregada.

- Em 2021 (tal como em 2011), em todas as NUTS III, mais de metade da população residente empregada utilizava o automóvel ligeiro como principal meio de transporte para as deslocações casa-trabalho, verificando-se um aumento do peso relativo deste meio de transporte em todas as sub-regiões do país.

- A população residente empregada que utilizava o automóvel ligeiro no trajeto casa-trabalho demorava em média 18,8 minutos, enquanto a população empregada que recorria ao transporte coletivo despendia 43,5 min.

INTRODUÇÃO

Esta publicação apresenta uma análise sobre dinâmicas territoriais centrando-se nos resultados definitivos do XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2021). Constitui o quinto número da série de estudos publicada pelo INE, no âmbito dos Censos 2021, que procura aprofundar algumas das dimensões censitárias mais relevantes ao nível da população, dos agregados familiares e da habitação.

Pretende-se apresentar um retrato do território nacional, explorando as seguintes temáticas: a ocupação do território; a mobilidade territorial através das alterações de residência e a organização funcional dos territórios à luz das deslocações casa-trabalho.

No **Capítulo 1** abordam-se as assimetrias de ocupação do território nacional e a sua evolução numa leitura a diferentes escalas territoriais. É também abordada a relação da distribuição da população residente e do parque habitacional perspetivando-a com a distribuição de alojamentos vagos, sobrelotados e com necessidades de reparações profundas.

O **Capítulo 2** dedica a sua atenção à caracterização e evolução da estrutura da mobilidade territorial através da análise das alterações de residência da população, quantificando a capacidade de atração ou de repulsão evidenciada pelos territórios através das migrações interconcelhias.

O **Capítulo 3** centra-se na organização funcional dos territórios à luz das mobilidades casa-trabalho aferindo o impacto que as deslocações entre o local de residência e o local de trabalho têm nos diferentes territórios e analisando a evolução dos âmbitos territoriais dos movimentos casa-trabalho. Numa perspetiva funcional, são ainda identificados os territórios polarizadores de emprego. São também analisados os tempos médios e os meios de transporte utilizados nas deslocações casa-trabalho.

Matrizes Territoriais de referência para a análise:

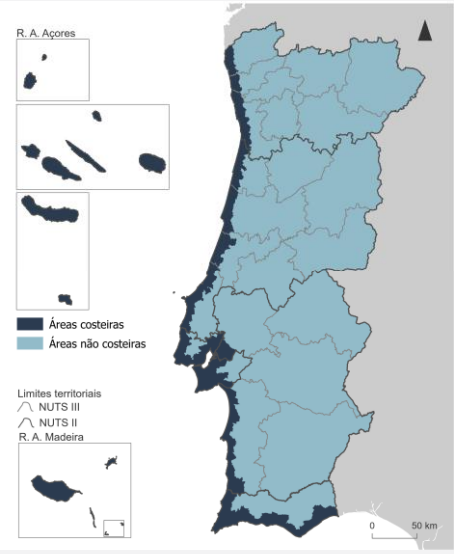
O ***Código de Divisão Administrativa*** apresenta uma estrutura de três níveis: num primeiro nível, o distrito, no caso do Continente, e a ilha, no caso das regiões autónomas dos Açores e da Madeira; num segundo nível, o município e, num terceiro nível, a freguesia. Este código é utilizado na Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) da responsabilidade da Direção-Geral do Território (DGT) que regista a delimitação territorial e a demarcação das circunscrições administrativas do país (distritos, municípios e freguesias).

A referência territorial administrativa para os Censos 2021 foi a CAOP 2020.

A **Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos** (NUTS) tem como objetivo proporcionar uma repartição única, uniforme e hierárquica das unidades territoriais para a produção e difusão de estatísticas. O território nacional subdivide-se em três níveis: NUTS I — correspondentes a Portugal continental, à Região Autónoma dos Açores e à Região Autónoma da Madeira — sete NUTS II — cinco regiões no Continente (Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo e Algarve) e as duas regiões autónomas — e 25 NUTS III— 23 Entidades Intermunicipais (Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas) e as duas regiões autónomas. As NUTS I e III portuguesas correspondem a unidades administrativas no Regulamento (CE) nº 1059/2003 relativo à instituição das NUTS.

As regiões NUTS, em articulação com os níveis referentes ao município e à freguesia do código da divisão administrativa constituem o principal sistema de organização do território para a difusão de informação estatística oficial.
O Regulamento (CE) nº 1059/2003 passou a incluir, desde 2017, as tipologias territoriais da União e as quadrículas estatísticas, a fim de assegurar uma aplicação harmonizada nos Estados-Membros (TERCET, Regulamento (UE) 2017/2391 que altera o Regulamento (CE) nº 1059/2003 no que respeita às tipologias territoriais).

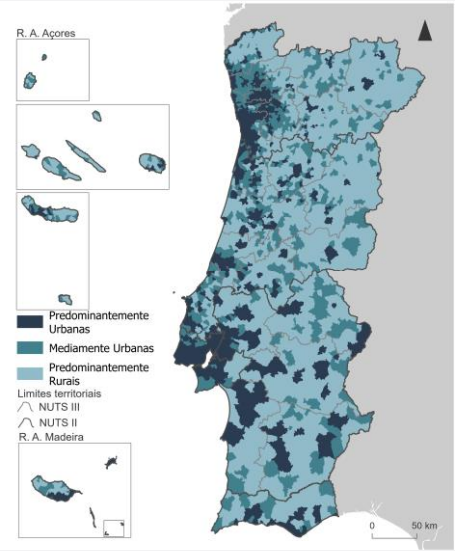
A ***Tipologia de áreas costeiras*** é uma classificação definida para a análise do território da União Europeia e que tem por base as unidades administrativas locais de nível 2 europeias (freguesias, em Portugal) e classifica o território dos Estados-Membros em duas categorias: áreas costeiras e áreas não costeiras.
Consideram-se áreas costeiras as unidades locais (freguesias) que fazem fronteira com o mar ou em que pelo menos 50% da superfície se situa a uma distância inferior a 10 Km da linha de costa. No caso das regiões autónomas todas as freguesias são classificadas como áreas costeiras.



Fonte: INE, Sistema de Metainformação.

As ***Quadrículas estatísticas*** são um sistema espacial de referenciação da informação para o território da União Europeia mantido pela Comissão (Eurostat), estando em conformidade com as especificações estabelecidas no Regulamento (UE) nº 1089/2010 da Comissão. Nesta análise, utilizam-se as quadrículas 1x1 km.

A ***Tipologia de áreas urbanas***[1] para fins estatísticos de 2014 constitui uma nomenclatura territorial da intensidade de urbanização para Portugal mediante a classificação tripartida e exaustiva das freguesias em três categorias: *Área predominantemente urbana (APU)*, *Área mediamente urbana (AMU)* e *Área predominantemente rural (APR)*. A metodologia seguida na TIPAU 2014 assentou numa abordagem desenvolvida ao nível da subsecção e secção estatísticas dos Censos de 2011 e será revista com base nos resultados definitivos dos Censos 2021, após a conclusão de delimitação dos *Lugares Censitários 2021*. Complementarmente, a TIPAU 2014 define *População urbana* – população residente nas áreas predominantemente urbanas — e *Áreas urbanas* com designação própria enquanto conjuntos de freguesias APU contíguas, confinados ao limite do município.



Fonte: INE, Sistema de Metainformação.

Caracterização da Tipologia de áreas urbanas e da Tipologia de áreas costeiras

	Freguesias (N.º)	População Residente (N.º)	Densidade Populacional (N.º/km²)	Taxa de variação da população residente (%) 2021-2011
Tipologia de áreas urbanas (TIPAU)				
Área predominantemente urbana (APU)	732	7 632 204	453,66	+0,23
Área mediamente urbana (AMU)	737	1 460 991	78,35	-5,09
Área predominantemente rural (APR)	1623	1 249 871	22,02	-11,26
Tipologia de áreas costeiras				
Áreas costeiras	573	5 169 377	423,79	+0,41
Áreas não costeiras	2 519	5 173 689	64,65	-4,43
Portugal	**3 092**	**10 343 066**	**112, 15**	**-2,07**

Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

Estas e outras classificações territoriais podem ser consultadas no ***Sistema de Metainformação*** do ***Portal do INE.***

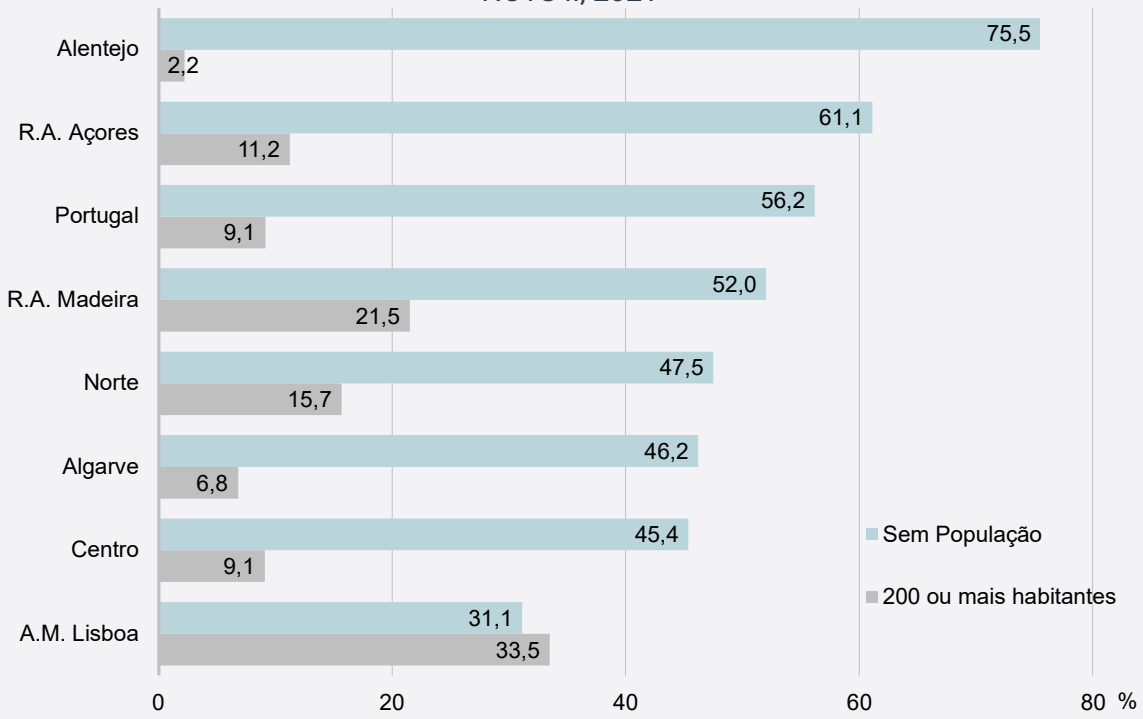
[1] A TIPAU 2014 foi estabelecida de acordo com a 39.ª Deliberação da Secção Permanente de Coordenação Estatística do Conselho Superior de Estatística publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 144, de 29 de julho de 2014, substituindo a anterior versão de 2009.

1| A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Em 2021, a população residente em Portugal era de 10 343 066 habitantes. A análise da distribuição da população residente no território nacional por quadrícula estatística (com dimensão: 1km^2) evidencia uma maior concentração populacional no litoral de Portugal, nomeadamente numa faixa compreendida entre Viana do Castelo e Setúbal e na faixa litoral algarvia, sendo visíveis áreas de densidade populacional mais elevadas nos territórios metropolitanos de Lisboa e Porto. Também, no Interior do país, é possível observar alguns territórios com maior intensidade demográfica, que coincidem, na sua maioria, com capitais de distrito ou sedes de concelho.

O Interior do Continente e a faixa litoral da região do Alentejo apresentavam densidades populacionais mais reduzidas. No Interior das regiões Norte e Centro observava-se um povoamento disperso enquanto no Alentejo se evidencia um sistema de povoamento fortemente concentrado, que salienta os aglomerados populacionais relativamente ao restante território. A ocupação do território evidencia também uma oposição norte-sul, em que o rio Tejo se mantém como elemento diferenciador, e onde a região do Alentejo se evidencia, com vastas áreas despovoadas.

FIGURA 1 – Proporção de quadrículas 1x1 km com 200 ou mais habitantes e sem população, NUTS II, 2021



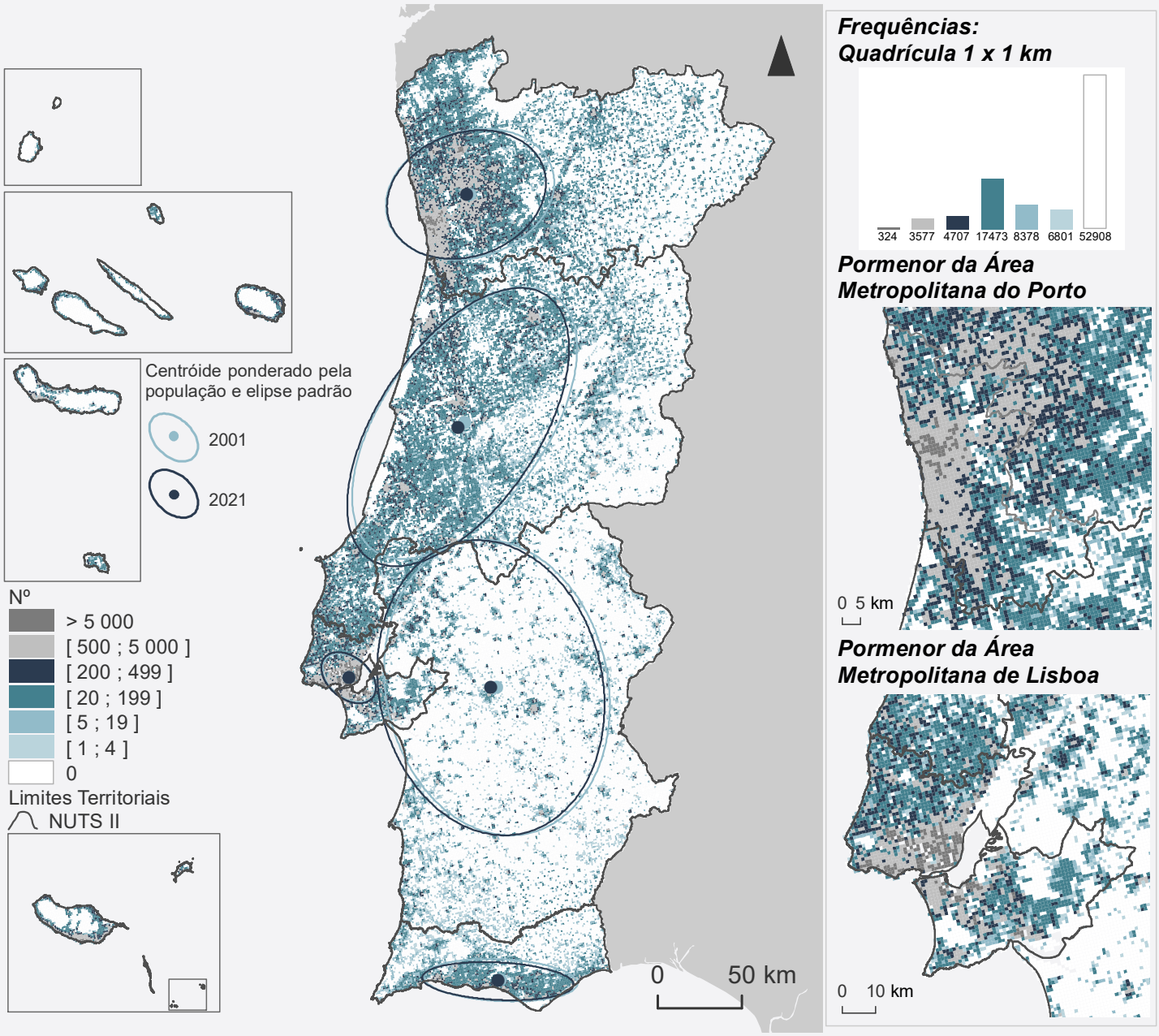
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

Nota: A referenciação espacial das quadrículas às NUTS II teve por base a posição do centróide da célula.

A evolução da distribuição da população em Portugal, entre 2001 e 2021, lida através dos centróides ponderados pela população e pelas elipses padrão calculados para os dois momentos censitários, sugere o reforço da concentração populacional no litoral continental – em particular, nos territórios metropolitanos de

Lisboa e Porto. Esta situação está patente na deslocação no sentido Sudoeste dos centróides das regiões NUTS II do Continente, nomeadamente, das regiões Norte, Centro e Alentejo.

FIGURA 2 – População residente por quadrícula 1x1 km, 2021

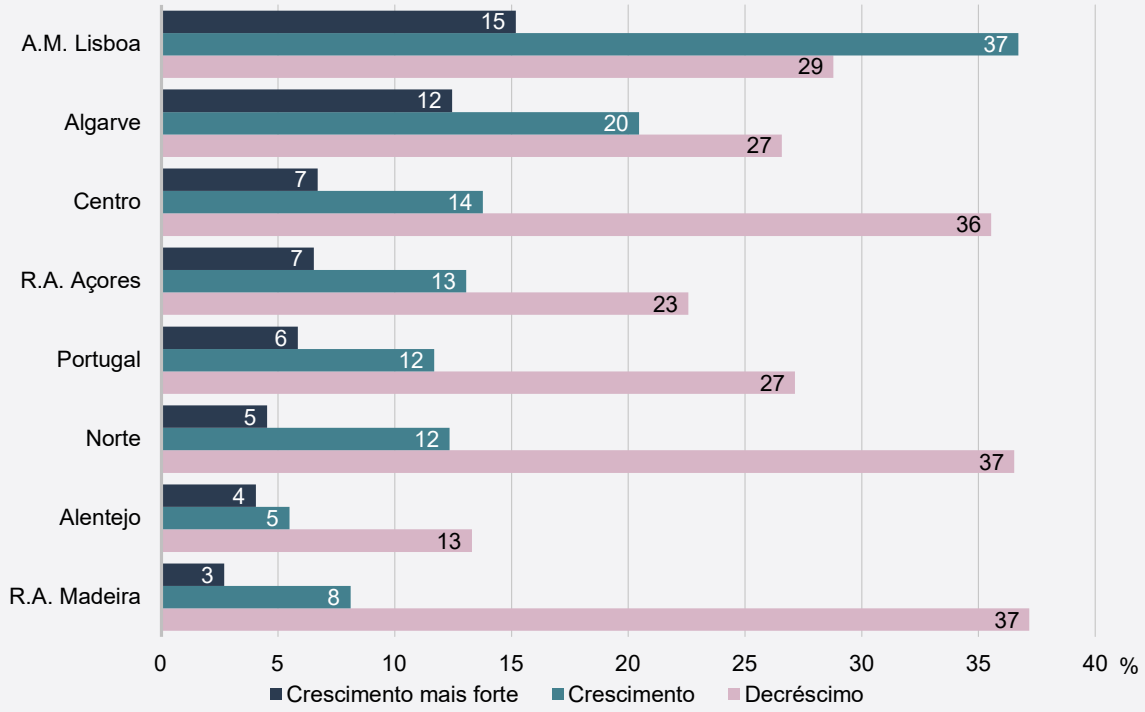


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

A leitura da evolução da população residente, entre 2011 e 2021, reforça a continuidade do processo de litoralização da população, verificando-se um aumento populacional em especial nos territórios mais periféricos das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e no Algarve, por oposição a situações de decréscimo da população residente verificadas no resto do território nacional. Não obstante, a figura 4 evidencia também algumas áreas do interior com aumento de população, sobretudo em algumas cidades de pequena e média dimensão.

Com efeito, verificava-se uma maior proporção de quadrículas com crescimentos populacionais mais intensos na Áreas Metropolitana de Lisboa (15%) e no Algarve (12%). Pelo contrário, no Norte e na Região Autónoma da Madeira, 37% das quadrículas registaram perdas de população.

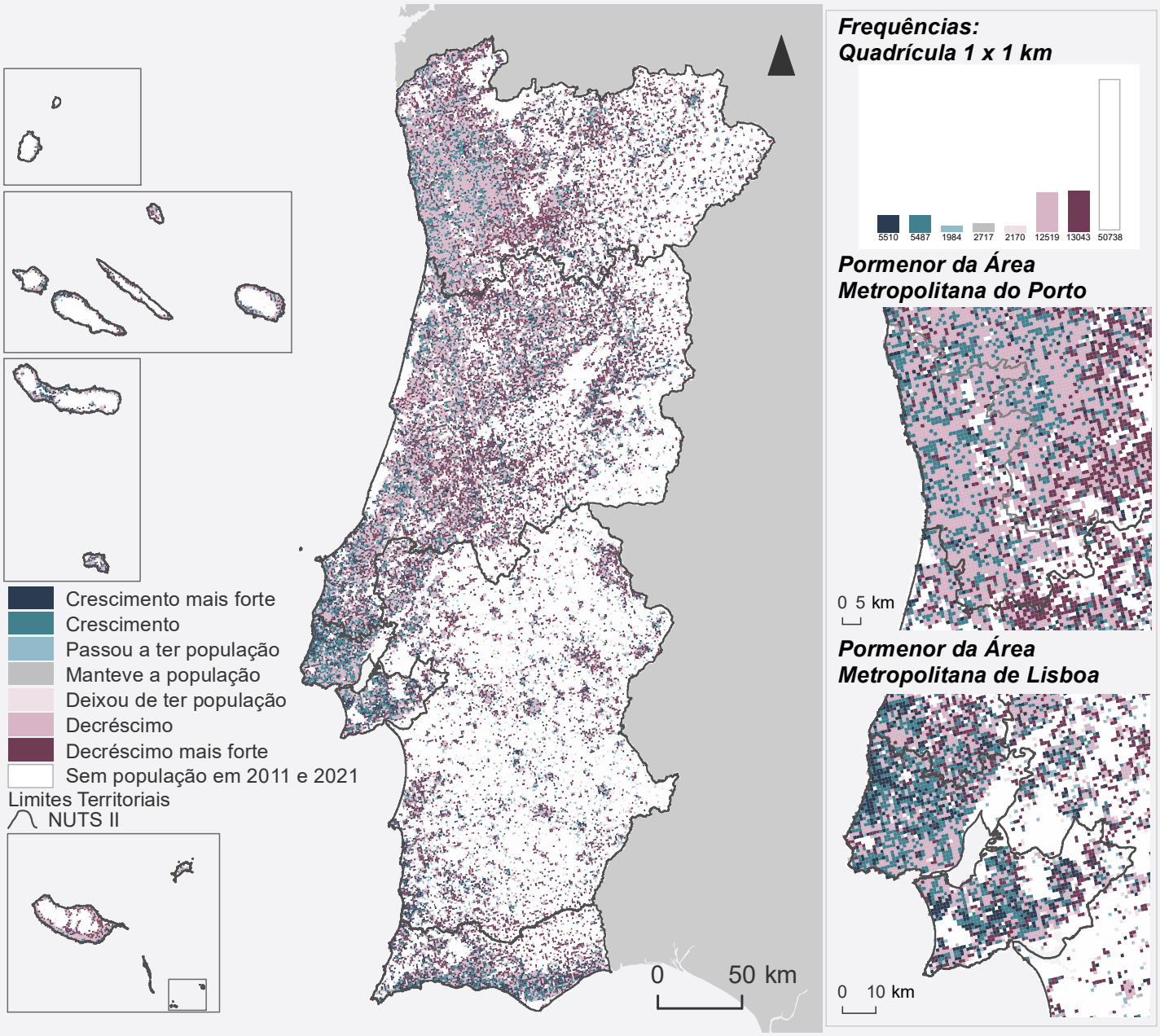
FIGURA 3 – Proporção de quadrículas 1x1 km de acordo com a evolução[2] da população residente, NUTS II, 2011-2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

[2] A classificação das quadrículas de acordo com a evolução da população residente entre 2011 e 2021 individualiza dentro das classes de "crescimento" e decréscimo" aquelas que revelaram maior dinâmica: o "crescimento mais forte" e "decréscimo mais forte".
Para a identificação das classes de maior dinamismo considerou-se a mediana dos valores absolutos das taxas de variação da população residente por quadrícula.
Para efeitos de representação da figura 3, as classes "crescimento" e "decréscimo" incluem, respetivamente, os valores relativos às classes "crescimento mais forte" e "decréscimo mais forte", segmentadas na figura 4.

FIGURA 4 – Evolução da população residente por quadrícula 1x1 km, 2011- 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

1.1. UM RETRATO A PARTIR DAS UNIDADES TERRITORIAIS ADMINISTRATIVAS

Em 2021, residiam no país 112,15 indivíduos por km^2, verificando-se um contraste significativo entre o povoamento das áreas predominantemente urbanas (453,7) e rurais (22,0) e entre as áreas costeiras (423,8) face às áreas não costeiras (64,6).

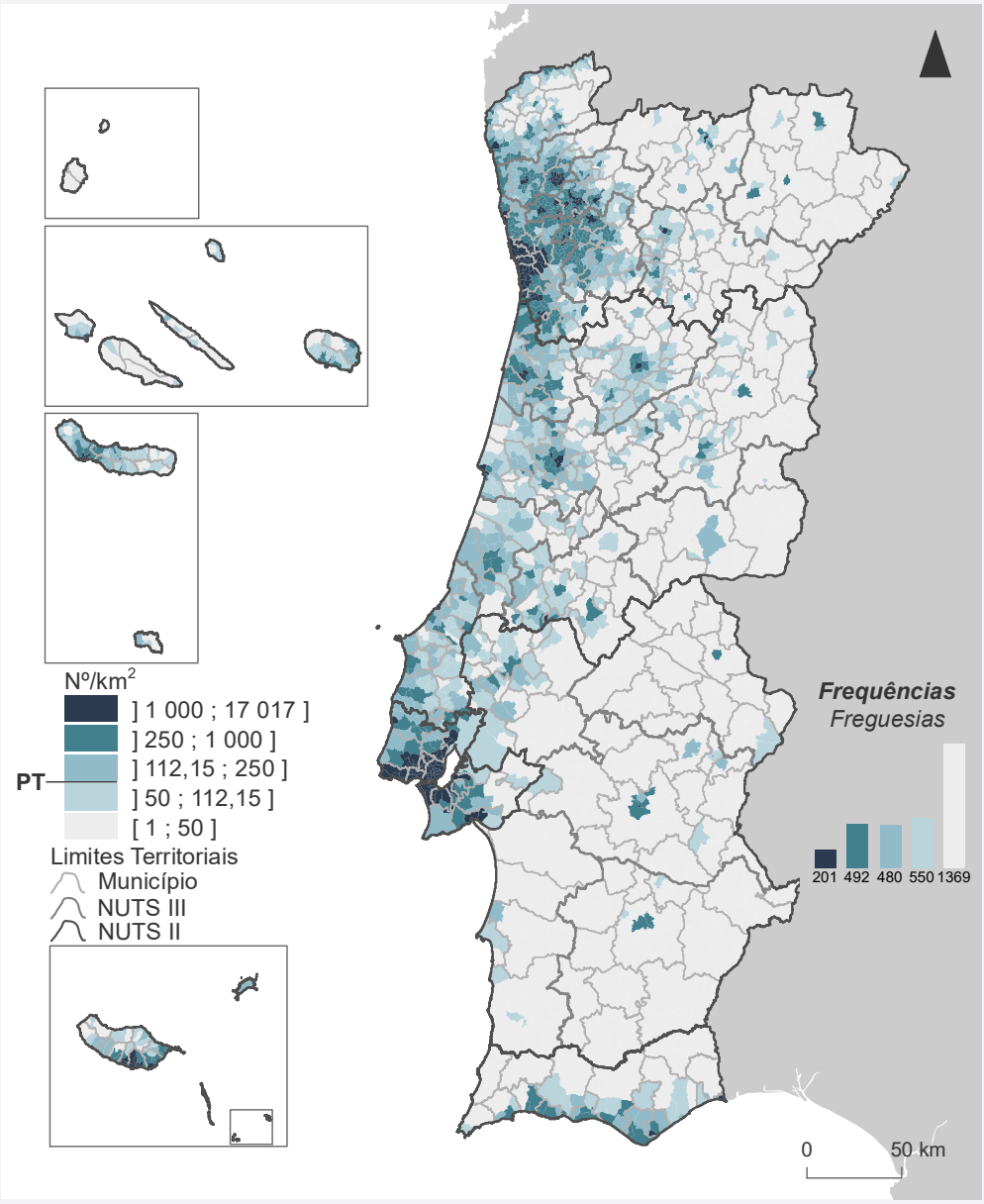
O padrão da densidade populacional ao nível da freguesia reforça a análise da figura 2 evidenciando uma assimetria na distribuição da população no território nacional: das 3 092 freguesias do país, apenas 1 173 (38%) registavam densidades populacionais superiores à referência nacional.

No Continente, eram visíveis densidades populacionais particularmente elevadas nas freguesias das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Das 201 freguesias que apresentaram valores superiores a 1 000

habitantes por km^2, 76 localizavam-se na Área Metropolitana de Lisboa – destacando-se as três freguesias mais densamente povoadas do país, com valores superiores a 15 000 habitantes por km^2: Águas Livres (Amadora), Arroios (Lisboa) e a U.F. de Massamá e Monte Abraão (Sintra)– e 52 freguesias na Área Metropolitana do Porto.

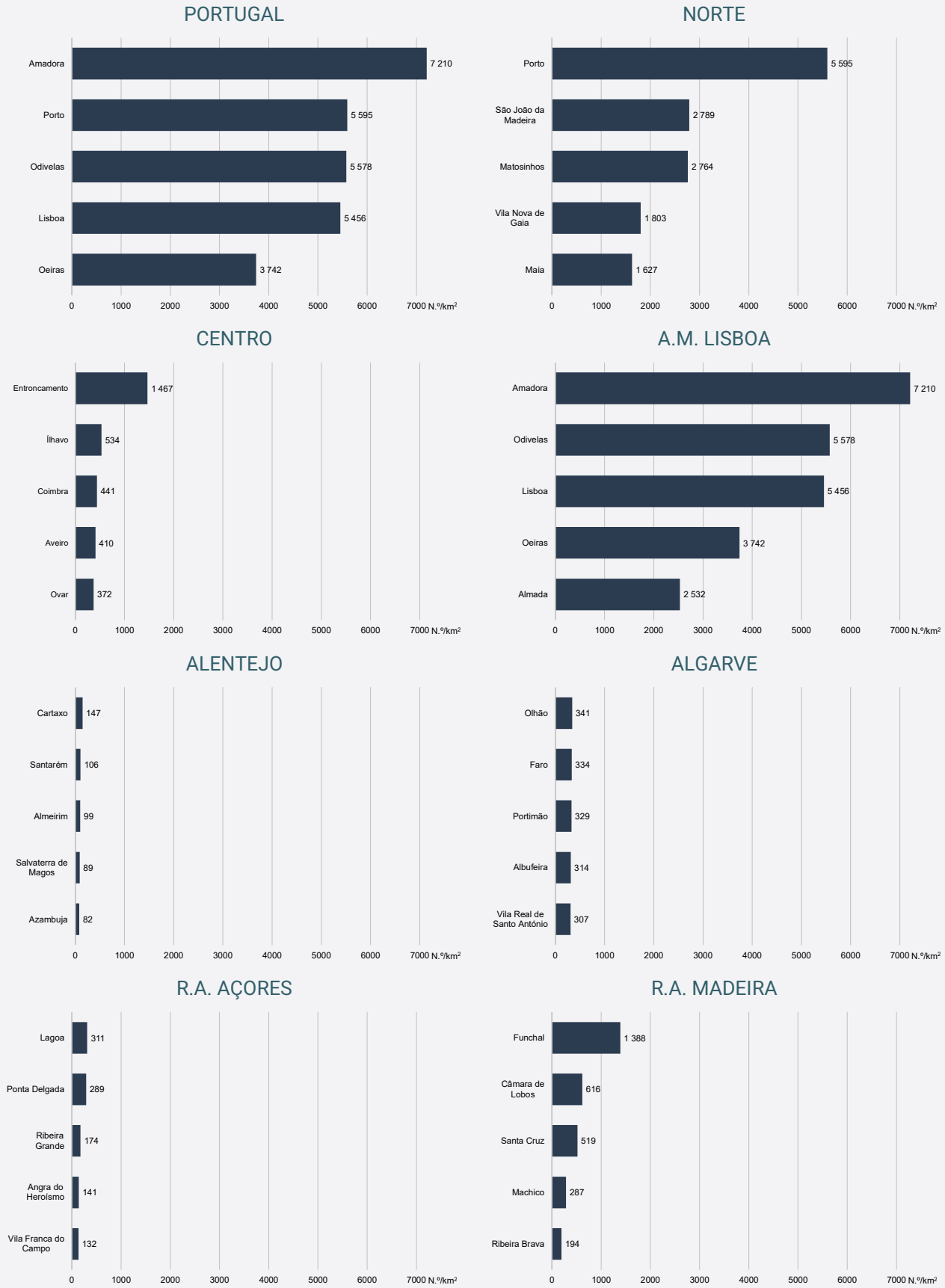
Na Região Autónoma da Madeira era percetível um contraste entre o norte, com densidades populacionais mais reduzidas, e o sul, mais densamente povoado e onde se destacavam, com valores superiores a 4 000 habitantes por km^2, três freguesias do município do Funchal: Funchal (São Pedro), Imaculado Coração de Maria e, Funchal (Santa Luzia). Na Região Autónoma dos Açores, as maiores densidades registavam-se nas ilhas de São Miguel e da Terceira.

FIGURA 5 – Densidade populacional por freguesia, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

FIGURA 6 – Os cinco municípios com as maiores densidades populacionais, Portugal e NUTS II, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

Entre 2011 e 2021, a população residente em Portugal diminuiu de 10 562 178 para 10 343 066 habitantes, representando uma perda de 2,07%.

O Algarve (+3,62%), a Área Metropolitana de Lisboa (+1,71%), o Cávado (+1,57%) e o Oeste (+0,27%) foram as únicas sub-regiões NUTS III a registar um aumento populacional na última década. Com taxas de variação negativas, mas inferiores à referência nacional destacaram-se a Região de Aveiro (-0,81%), a Área Metropolitana do Porto (-1,32%), o Alentejo Litoral (-1,15%) e o Ave (-1,64%). Pelo contrário e, com taxas de variação inferiores a -10%, as sub-regiões do Douro, Alto Tâmega, Beiras e Serra da Estrela e Alto Alentejo registaram as maiores perdas populacionais.

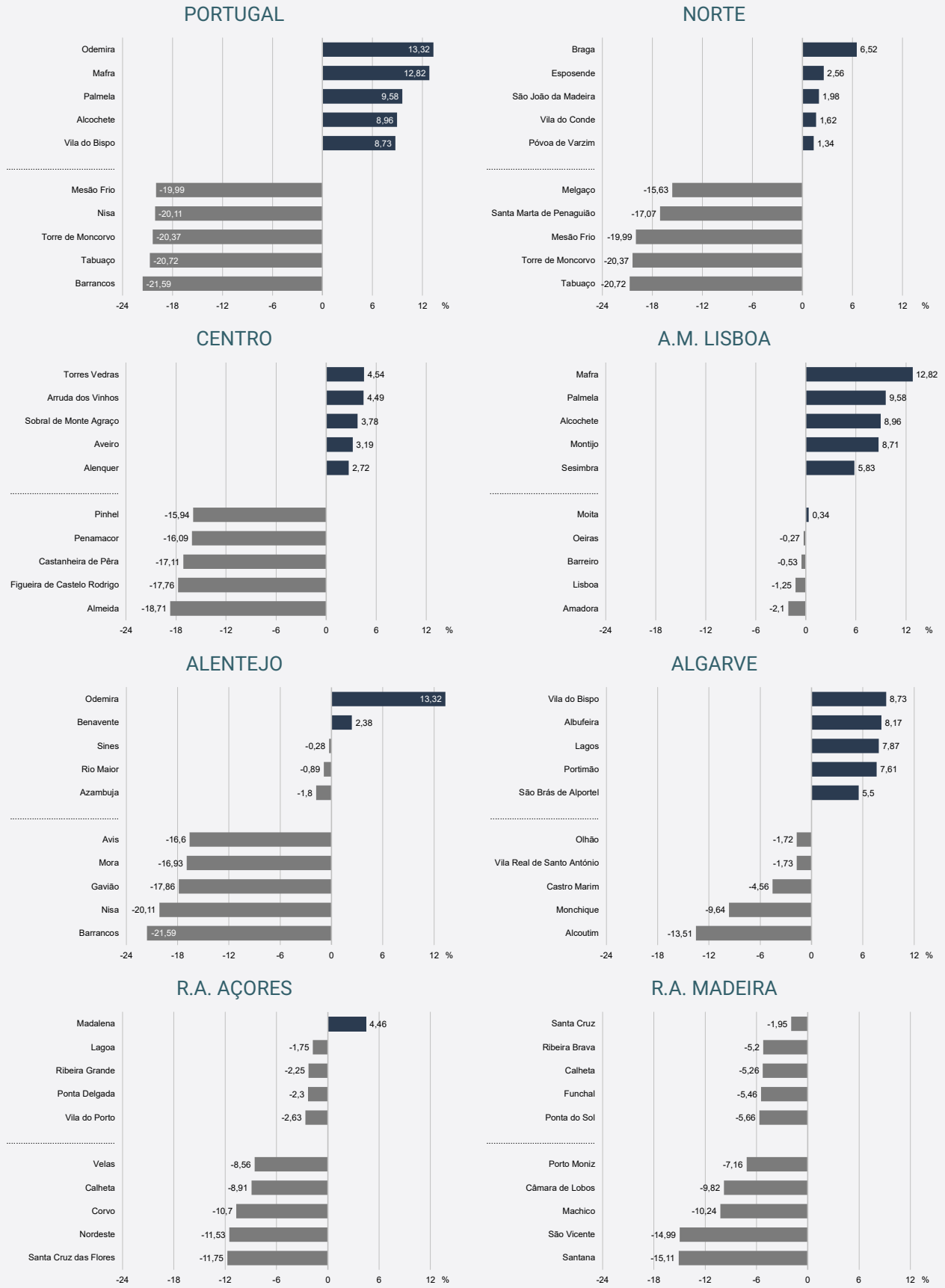
Entre 2011 e 2021, apenas 50 dos 308 municípios registaram uma evolução positiva da população, localizados maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa (14 municípios num total de 18) e no Algarve (11 em 16). Deste conjunto, destacavam-se com aumentos populacionais superiores a 5%, os municípios de Mafra (+12,82%), Palmela (+9,58%), Alcochete (+8,96%), Montijo (+8,71%), Sesimbra (+5,83%) e Seixal (+5,21%) – da Área Metropolitana de Lisboa –, os municípios algarvios de Vila do Bispo (+8,73%), Albufeira (+8,17%), Lagos (+7,87%), Portimão (+7,61%), São Brás de Alportel (+5,50%) e Tavira (+5,18%) e, ainda o município de Braga (+6,52%) da sub-região do Cávado e, no Alentejo Litoral o município de Odemira (+13,32%) apresentando o valor mais elevado do país.

Na Área Metropolitana do Porto, apenas os municípios de São João da Madeira, Vila do Conde, Póvoa do Varzim, Valongo e Vila Nova de Gaia registaram aumentos populacionais na última década embora com valores inferiores a 2%.

Em 12 das 25 sub-regiões NUTS III, localizadas maioritariamente no interior do país, a totalidade dos municípios registaram taxas de variação negativas da população. O município de Barrancos (-21,59%), no Baixo Alentejo, os municípios de Tabuaço (-20,72%) e Torre de Moncorvo (-20,37%), ambos na sub-região do Douro e, Nisa (-20,11%) no Alto Alentejo, perderam na última década cerca de 20% da sua população.

De referir também que os municípios de Lisboa e do Porto observaram decréscimos populacionais: -1,25% e -2,44%, respetivamente.

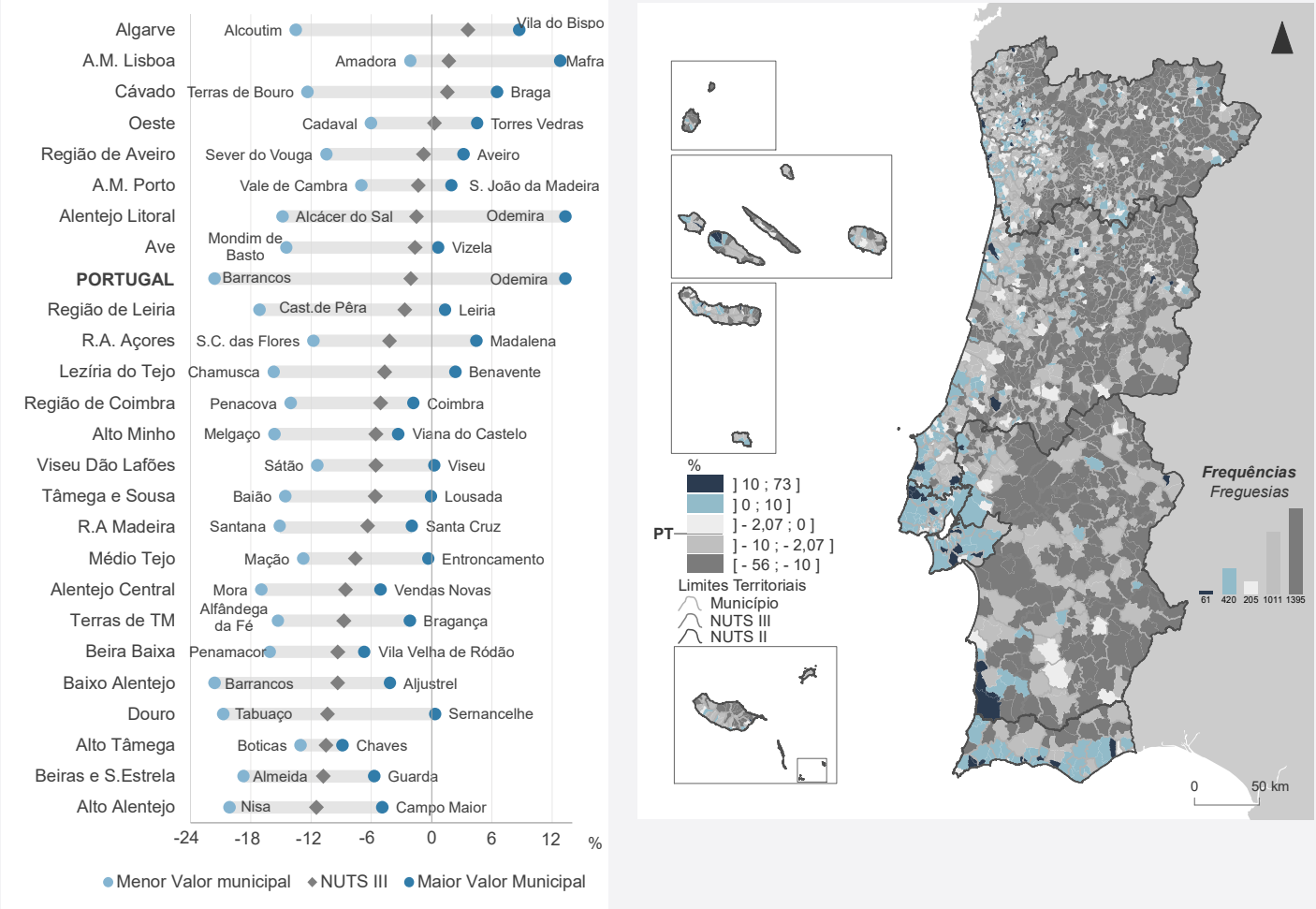
FIGURA 7 – Os cinco municípios com as maiores e menores taxas de variação da população residente, Portugal e NUTS II, 2011-2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

Entre 2011 e 2021, verificou-se um reforço populacional nas áreas predominantemente urbanas: +0,23%, a par de uma diminuição registada nas áreas mediamente urbanas (-5,09%) e nas áreas predominantemente rurais (-11,26%). Verificaram-se igualmente intensidades diferentes na variação da população residente entre as áreas costeiras (+0,41%) e os restantes territórios (-4,43%).

FIGURA 8 – Taxa de variação da população residente, Portugal, município e freguesia, 2011-2021

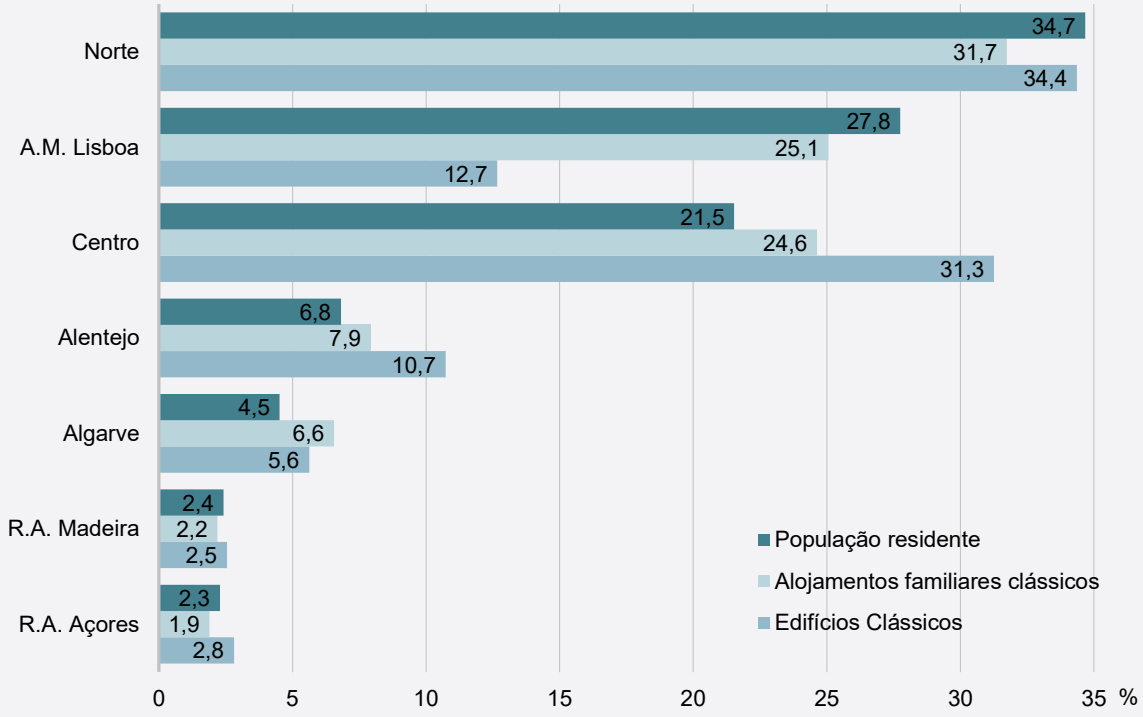


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

1.2. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO E DO PARQUE HABITACIONAL

Segundo os resultados dos Censos 2021, e à semelhança do que acontecia com a população residente, os 5 970 677 alojamentos familiares clássicos e os 3 573 416 edifícios clássicos existentes no país estavam distribuídos desigualmente pelas várias regiões NUTS II. A figura seguinte destaca o Norte com a maior proporção de alojamentos (31,7%) e de edifícios (34,4%) do país. O Centro concentrava 24,6% dos alojamentos e 31,3% de edifícios. A Área Metropolitana de Lisboa destacava-se por ser a única região onde o peso dos edifícios clássicos (12,7%) era inferior a cerca de metade ao registado pelos alojamentos familiares clássicos (25,1%), indicando um predomínio da construção em altura nesta região. O Alentejo, o Algarve e as regiões autónomas da Madeira e dos Açores representavam, em conjunto, 18,6% dos alojamentos familiares clássicos e 21,7% dos edifícios clássicos do país.

FIGURA 9 – Repartição da população residente, dos alojamentos familiares clássicos e dos edifícios clássicos, NUTS II, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

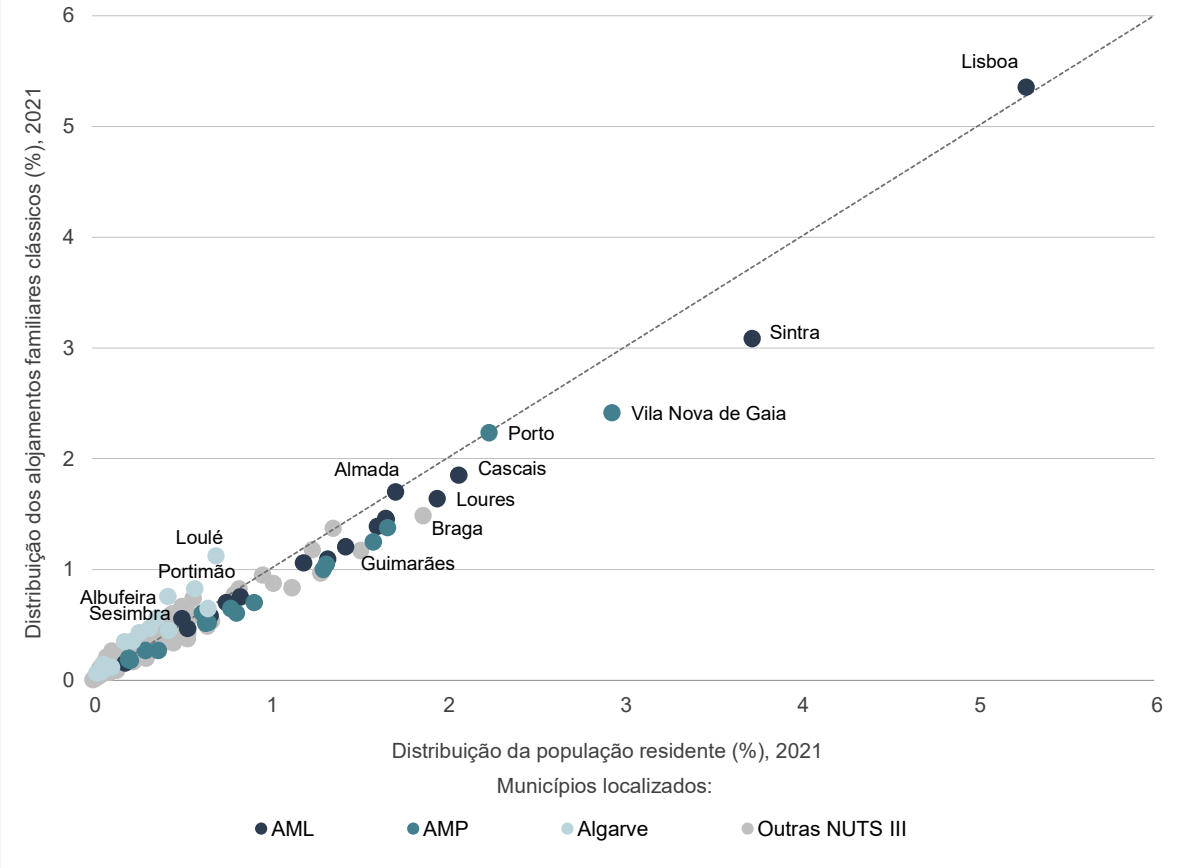
A confrontação da repartição da população residente e dos alojamentos familiares clássicos por município tendo como referencial a bissetriz (linha a tracejado) – que representa a igualdade entre as distribuições da população residente e dos alojamentos familiares clássicos – constitui uma *proxy* para a análise da adequação potencial do parque habitacional à repartição da população[3], e sugere relativo ajustamento para a generalidade dos municípios.

Na generalidade dos municípios das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, o peso da população residente era superior ao dos alojamentos familiares clássicos (municípios abaixo da bissetriz), destacando-se os municípios de Sintra (AML) e Vila Nova de Gaia (AMP) com as maiores diferenças entre estas duas proporções, sugerindo, assim, uma menor adequação da disponibilidade potencial de oferta de habitação à população residente. Face a este quadro geral nas áreas metropolitanas, constituíam exceção os municípios de Lisboa e Sesimbra onde o peso da população residente era inferior ao dos alojamentos familiares clássicos, e o Porto e Almada, que se encontravam sobre a bissetriz.

Por outro lado, 15 dos 16 municípios do Algarve (com exceção de Faro) encontravam-se acima da bissetriz, evidenciando o efeito das residências secundárias e que atingem na região do Algarve a maior proporção entre as NUTS III do país.

[3] Refere-se "*proxy*" porque não se considera nesta relação a tipologia dos alojamentos e refere-se "potencial" porque, nomeadamente, não se atende à estrutura de agregados domésticos privados nem à respetiva capacidade financeira destes acederem aos alojamentos potencialmente disponíveis, incluindo vagos e segundas residências.

FIGURA 10 – Repartição da população residente e dos alojamentos familiares clássicos, município, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

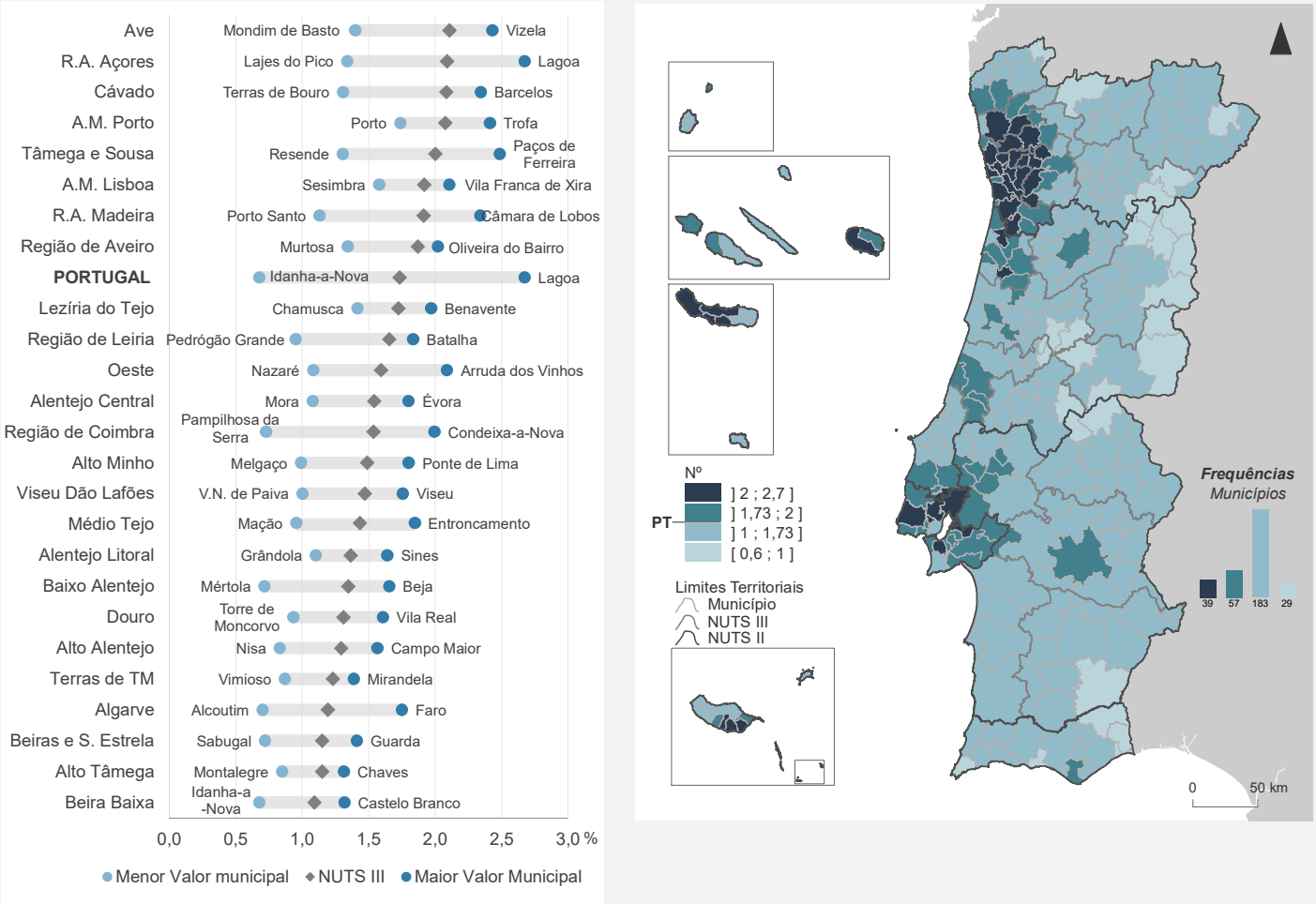
Em 2021, o número médio de habitantes por alojamento familiar clássico era de 1,73 em Portugal[4], valor ligeiramente inferior ao verificado em 2011 (1,80) – e o mais baixo entre os países da União Europeia em 2011[5].

A análise deste rácio ao nível municipal salientava – em linha com o analisado na figura anterior – valores mais elevados que a média nacional nos municípios das áreas metropolitanas do Porto (17 em 17) e Lisboa (16 em 18) e nas respetivas sub-regiões limítrofes, mas também em Faro (Algarve), Évora e Vendas Novas (Alentejo Central), Batalha, Leiria, Marinha Grande, Porto de Mós (Região de Leiria), e Viseu (Viseu Dão-Lafões). Deste conjunto destacavam-se 39 municípios com valores superiores a 2 habitantes por alojamento familiar clássico.

Nas regiões autónomas destacavam-se, com valores mais elevados neste indicador, os municípios das ilhas de São Miguel e da Terceira na Região Autónoma dos Açores e, os municípios de Câmara de Lobos, Santa Cruz e do Funchal na Região Autónoma da Madeira.

[4] Os alojamentos familiares clássicos referem-se ao total, independentemente da forma de ocupação.
[5] Eurostat, Census Hub. Os valores de 2021 ainda não se encontram disponíveis.

FIGURA 11 – Habitantes por alojamento familiar clássico, município, 2021



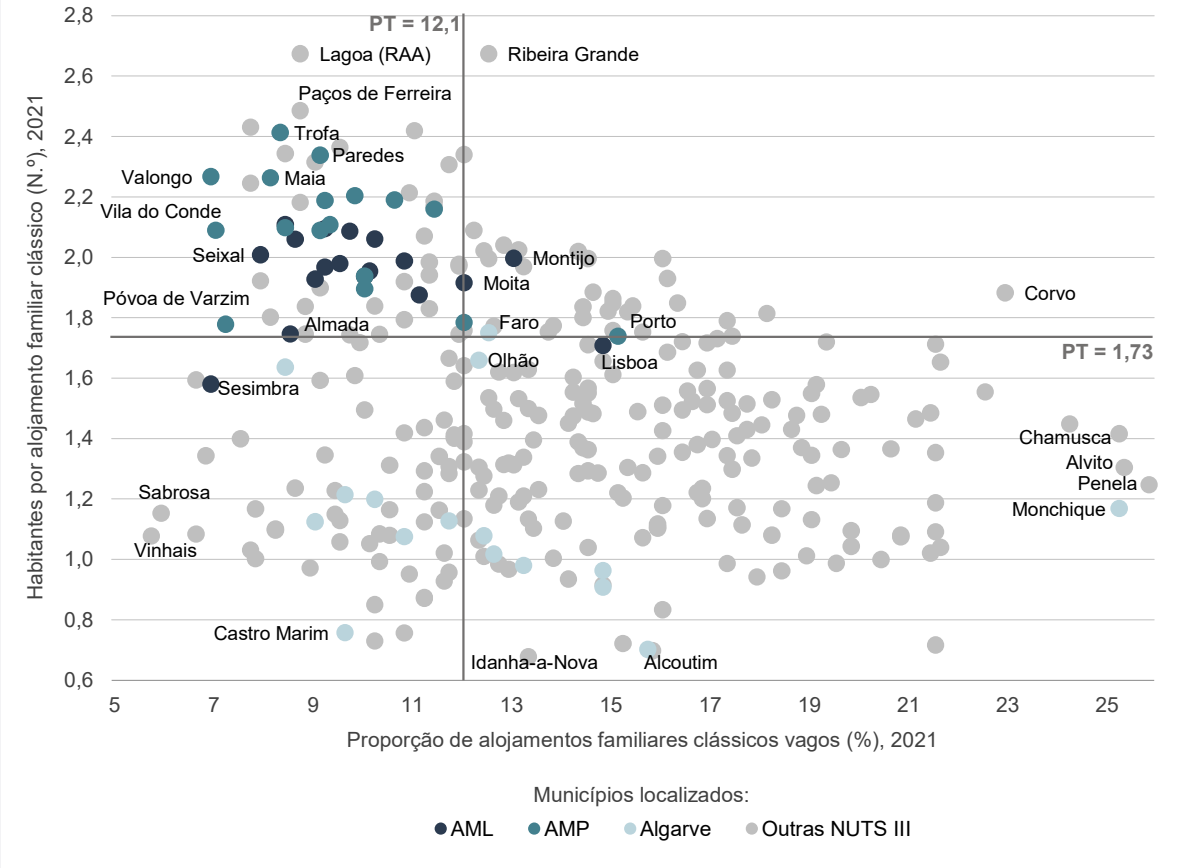
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

As figuras seguintes relacionam o rácio de habitantes por alojamento familiar clássico com a proporção de alojamentos familiares vagos (Figura 12), com a proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual sobrelotados (Figura 13) e com a proporção de alojamentos familiares clássicos em edifícios clássicos com necessidades de reparação profundas (Figura 14) para os 308 municípios portugueses.

Em 2021, em Portugal, 12,1% dos alojamentos familiares clássicos encontravam-se vagos, verificando-se uma concentração de municípios com valores mais elevados deste indicador relativamente à referência nacional nas regiões do Alentejo e na Região Autónoma da Madeira.

Do conjunto de 39 municípios que apresentavam um valor superior a 2 habitantes por alojamento familiar clássico, apenas 7 registavam proporções de alojamentos vagos acima do valor nacional: Estarreja e Oliveira do Bairro (Região de Aveiro), Castelo de Paiva (Tâmega e Sousa), Arruda dos Vinhos (Oeste), Funchal e Ribeira Grande, respetivamente nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores. O padrão mais comum destes indicadores evidenciava 149 municípios, incluindo Lisboa, com um número de habitantes por alojamento familiar clássico abaixo do valor nacional e proporções de alojamentos familiares clássicos vagos acima da referência nacional.

FIGURA 12 –Habitantes por alojamento familiar clássico e proporção de alojamentos familiares clássicos vagos, município, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

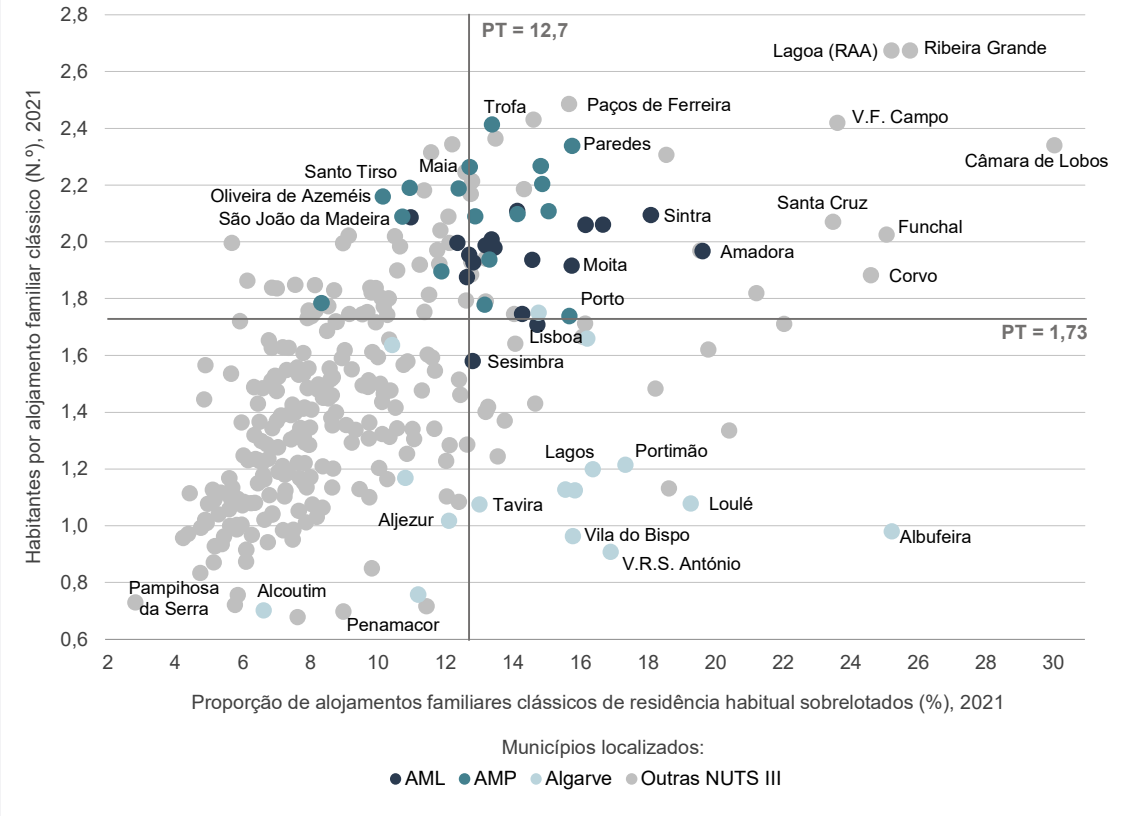
Em 2021, a proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual sobrelotados era 12,7% em Portugal e 88 municípios apresentaram um valor superior a este referencial. Deste conjunto, 48 municípios registaram também rácios de habitantes por alojamento familiar superiores à referência nacional, localizados maioritariamente nas áreas metropolitanas de Lisboa (14 de um total de 18 municípios) e Porto (11 em 17) e nas regiões autónomas dos Açores (8 em 19) e da Madeira (5 em 11) [Figura 13].

Em 2021, 1,4% dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual inseriam-se em edifícios clássicos com necessidades de reparação profundas[6]. Ao nível municipal esta proporção era mais elevada que a média nacional em 120 municípios, incluindo nos municípios do Porto (2,5%) e, liminarmente, de Lisboa (1,4%).

Do conjunto de 39 municípios que apresentavam um valor superior a 2 habitantes por alojamento familiar clássico, 15 apresentavam também proporções de alojamentos familiares em edifícios com necessidades de reparação profundas superiores ao valor nacional: Oliveira de Azeméis, Paredes, Santa Maria de Feira, Vila Nova de Gaia, Gondomar e Valongo (Área Metropolitana do Porto), Penafiel e Lousada (Tâmega e Sousa), Guimarães (Ave), Estarreja e Oliveira do Bairro (Região de Aveiro), Loures e Alcochete (Área Metropolitana de Lisboa) e, Funchal e Câmara de Lobos (Região Autónoma da Madeira) [Figura 14].

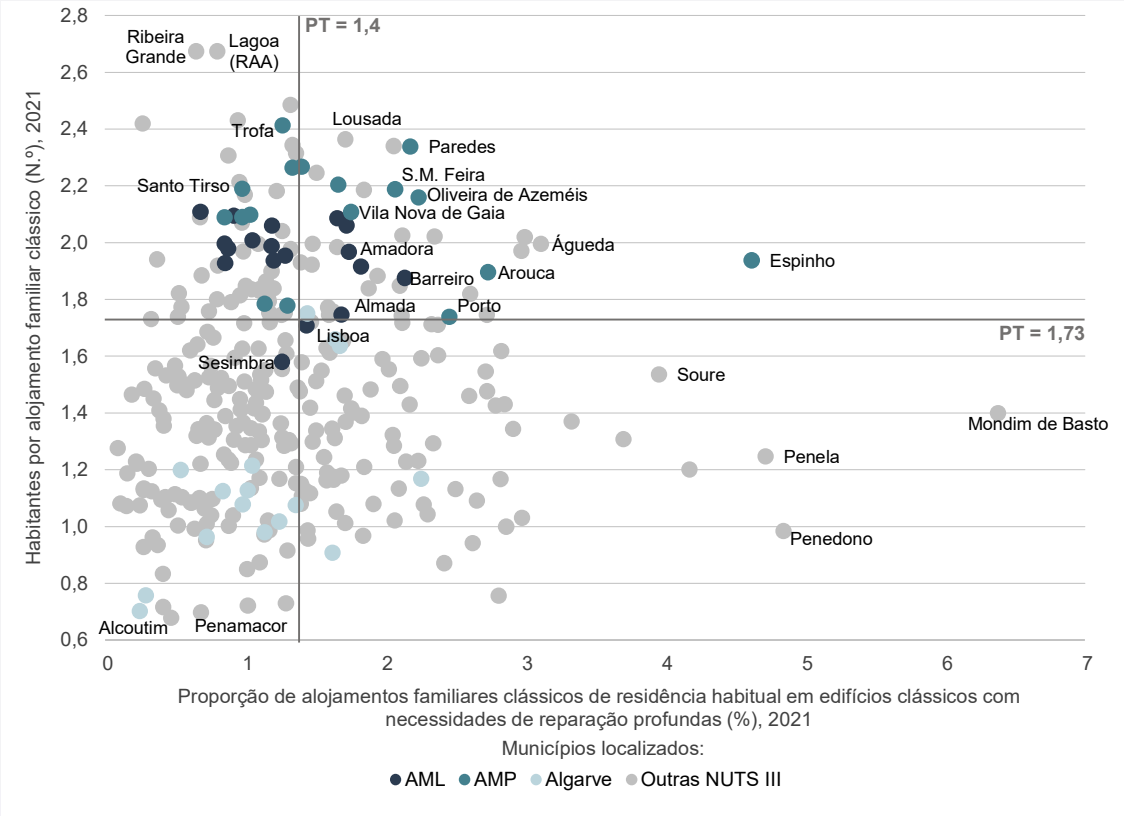
[6] A variável "Necessidades de reparação dos edifícios" avaliou as necessidades de reparação do edifício no seu conjunto sendo classificada segundo as seguintes modalidades: edifício sem necessidades de reparação; edifício com necessidades de reparação ligeiras; edifício com necessidades de reparação médias e, edifício com necessidades de reparação profundas.

FIGURA 13 –Habitantes por alojamento familiar clássico e proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual sobrelotados, município, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

FIGURA 14 –Habitantes por alojamento familiar clássico e proporção de alojamentos familiares clássicos em edifícios clássicos com necessidades de reparação profundas, município, 2021



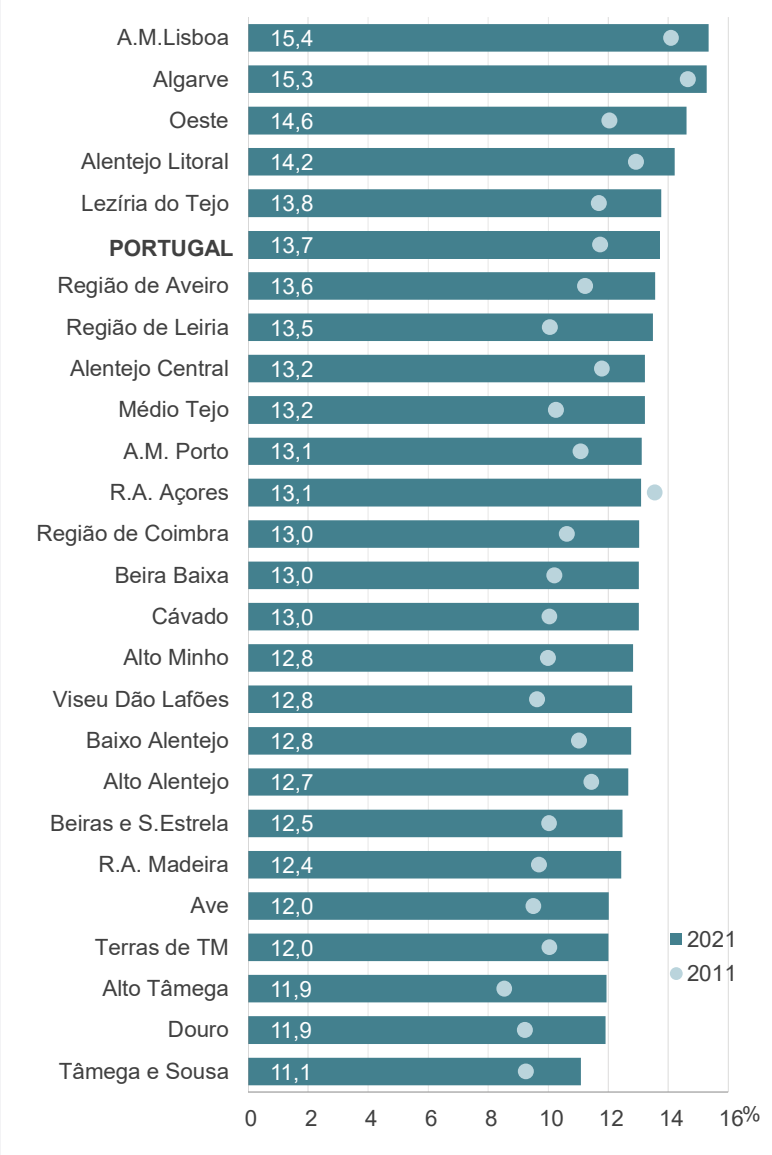
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

2| A MOBILIDADE TERRITORIAL: ALTERAÇÕES DE RESIDÊNCIA

O Recenseamento geral da população constitui uma fonte estatística reconhecida para o estudo da mobilidade geográfica residencial. Em 2021, coloca-se esta questão relativamente a 31/12/2019. As modalidades de resposta são: na freguesia onde reside atualmente; no mesmo município, mas noutra freguesia; noutro município; no estrangeiro. Em 2011, a questão dos Censos que dá origem a esta informação incidia sobre a distinção entre o local de residência em dois momentos anteriores: relativamente a 31/12/2005 e relativamente a 31/12/2009. As modalidades de resposta foram idênticas às de 2021.

Em 2021, cerca de 13,7% da população residente (1 418 606 indivíduos) havia alterado o seu local de residência face a 31 de dezembro de 2019, evidenciando um aumento da mobilidade territorial em comparação com 2011 (11,7%).

FIGURA 15 – Proporção de população que mudou de residência, Portugal e NUTS III, 2011 e 2021[7]



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

A Área Metropolitana de Lisboa (15,4%), o Algarve (15,3%), o Oeste (14,6%), o Alentejo Litoral (14,2%) e a Lezíria do Tejo (13,8%) apresentaram, em 2021, valores superiores ao nacional neste indicador. Face a 2011, verificou-se um aumento da mobilidade territorial em todas as sub-regiões NUTS III, com exceção da Região Autónoma dos Açores.

Em Portugal, do conjunto de população que mudou de residência em 2021 face 31 de dezembro de 2019, mais de metade (51,3%) eram provenientes de outro município, 20,5% alteraram a sua residência dentro da mesma freguesia, 17,9% mudaram de outra freguesia do mesmo município e, 10,3% tinham residência anterior no estrangeiro.

A comparação da estrutura de repartição da população que mudou de residência por local de proveniência, em 2011 e 2021, evidencia que, na última década, se alargou o âmbito espacial das alterações de residência.

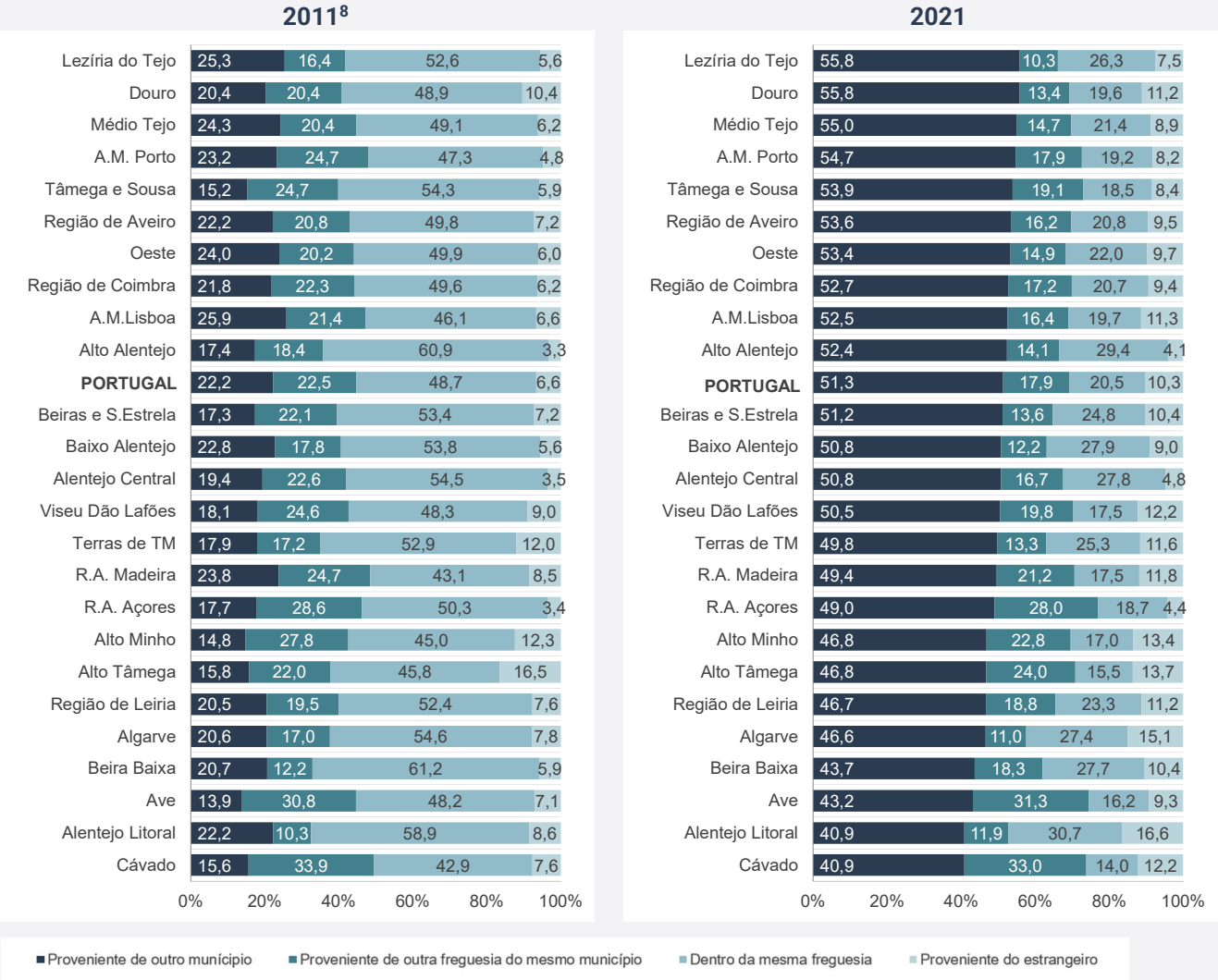
[7] Este indicador refere-se a 31 de dezembro de 2009 e de 2019, respetivamente para 2011 e 2021.

Em 2011, em todas as 25 sub-regiões NUTS III, a alteração de residência dentro da mesma freguesia assumia o maior peso relativo no total de população que mudou de residência relativamente a um ano antes. Pelo contrário, em 2021, verificava-se que, a maioria da população que alterou a sua residência era proveniente de outro município em todas as sub-regiões do país. Note-se, contudo, que em 2011, a Área Metropolitana de Lisboa apresentava a maior proporção de população proveniente de outro município (25,9%) entre as sub-regiões NUTS III e, apesar do aumento expressivo em 2021, passou a ocupar a nona posição (52,5%).

Num contexto de aumento da mobilidade territorial na generalidade das sub-regiões, verifica-se não só uma diminuição da mobilidade residencial dentro da mesma freguesia em todas as sub-regiões, mas também dentro do município para 21 das 25 sub-regiões NUTS III.

A análise sub-regional da repartição das migrações residenciais evidencia também um aumento relativo da importância da população proveniente do estrangeiro, em 2021 face a 2011, em todas as NUTS III, com exceção do Alto Tâmega e de Terras de Trás-os-Montes. Ao nível do país, esta percentagem aumentou de 6,6% em 2011 para 10,3% em 2021.

FIGURA 16 – Repartição da população que mudou de residência por local de proveniência, Portugal e NUTS III, 2011 e 2021



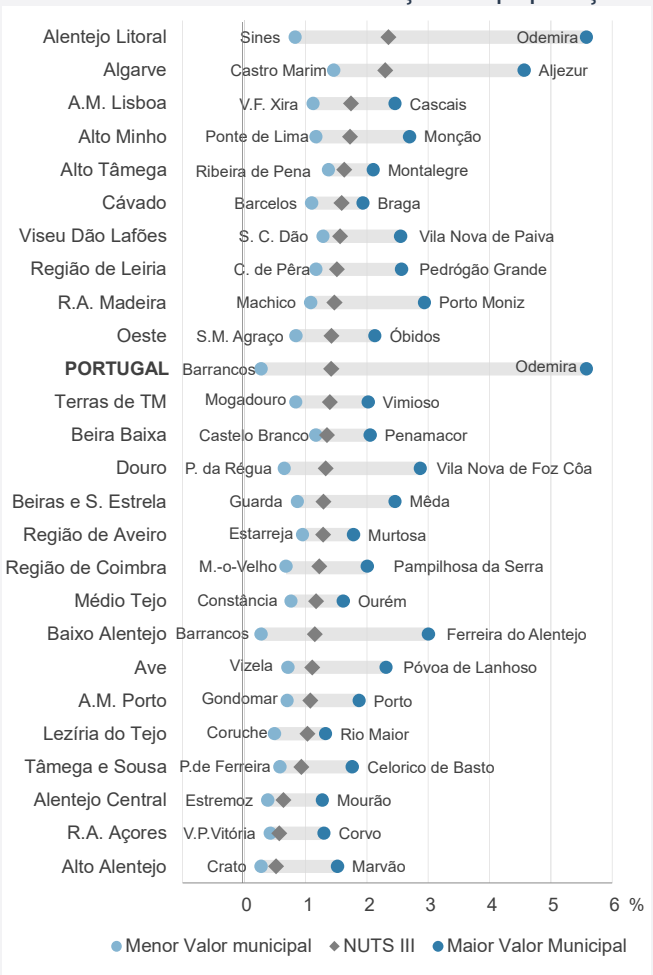
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

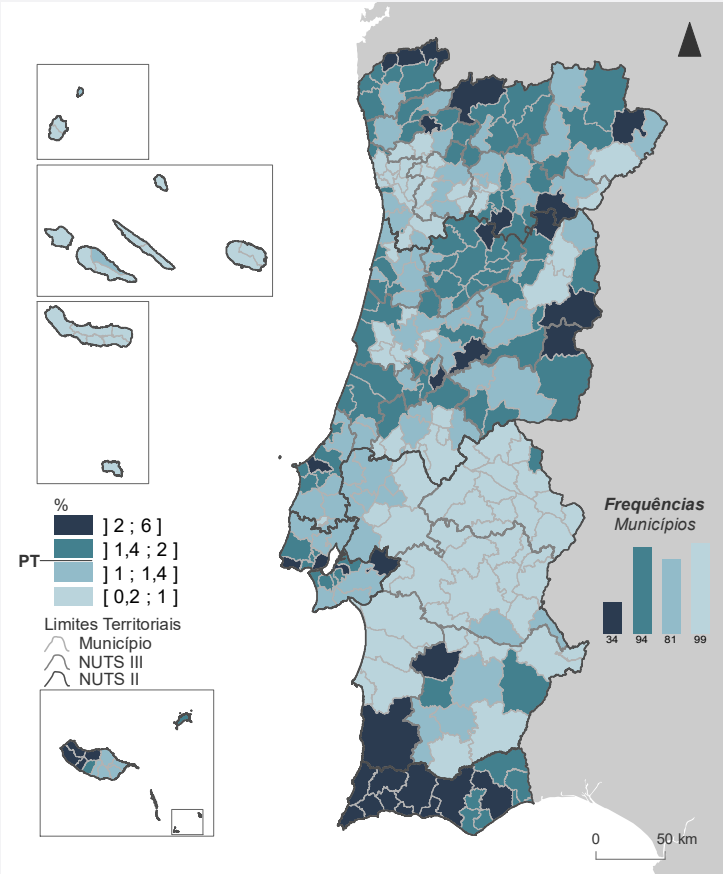
[8] As alterações de residência têm como referencial a organização territorial das freguesias à data dos Censos 2011 e, por isso, anterior à reorganização territorial das freguesias de 2013, que o gráfico para 2021 reflete.

É neste contexto, que a figura seguinte permite identificar os territórios com maior capacidade de atração residencial de população que vivia anteriormente no estrangeiro. Realçam-se, com valores mais elevados, superiores a 2%, um conjunto de 34 municípios, destacando-se: os municípios do Algarve – Aljezur (4,57%), Vila do Bispo (4,29%), Lagos (3,80%), Tavira (3,12%), Albufeira (2,62%), Lagoa (2,50%), Monchique (2,33%), Portimão (2,23%), Silves (2,23%) e Loulé (2,22%) –, da Região Autónoma da Madeira – Porto Moniz (2,94%), Calheta (2,90%), São Vicente (2,65%) e Ponta do Sol (2,32%) –, da Área Metropolitana de Lisboa – Cascais (2,46%), Lisboa (2,43%) e Montijo (2,02%) – e na fronteira da região Norte – Monção (2,70%), Valença (2,30%), Melgaço (2,16%), Montalegre (2,11%), Vimioso (2,02%) – e Centro – Sabugal (2,32%) e Penamacor (2,06%).

O município de Odemira apresentou o valor mais elevado neste indicador: cerca de 5,58% da população residente do município em 2021 tinha a sua residência no estrangeiro um ano antes. Os municípios com menor capacidade de atração de população proveniente do estrangeiro localizavam-se sobretudo na Região Autónoma dos Açores e no Alentejo.

FIGURA 17 –Taxa de atração de população residente proveniente do estrangeiro, município, 2021





Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

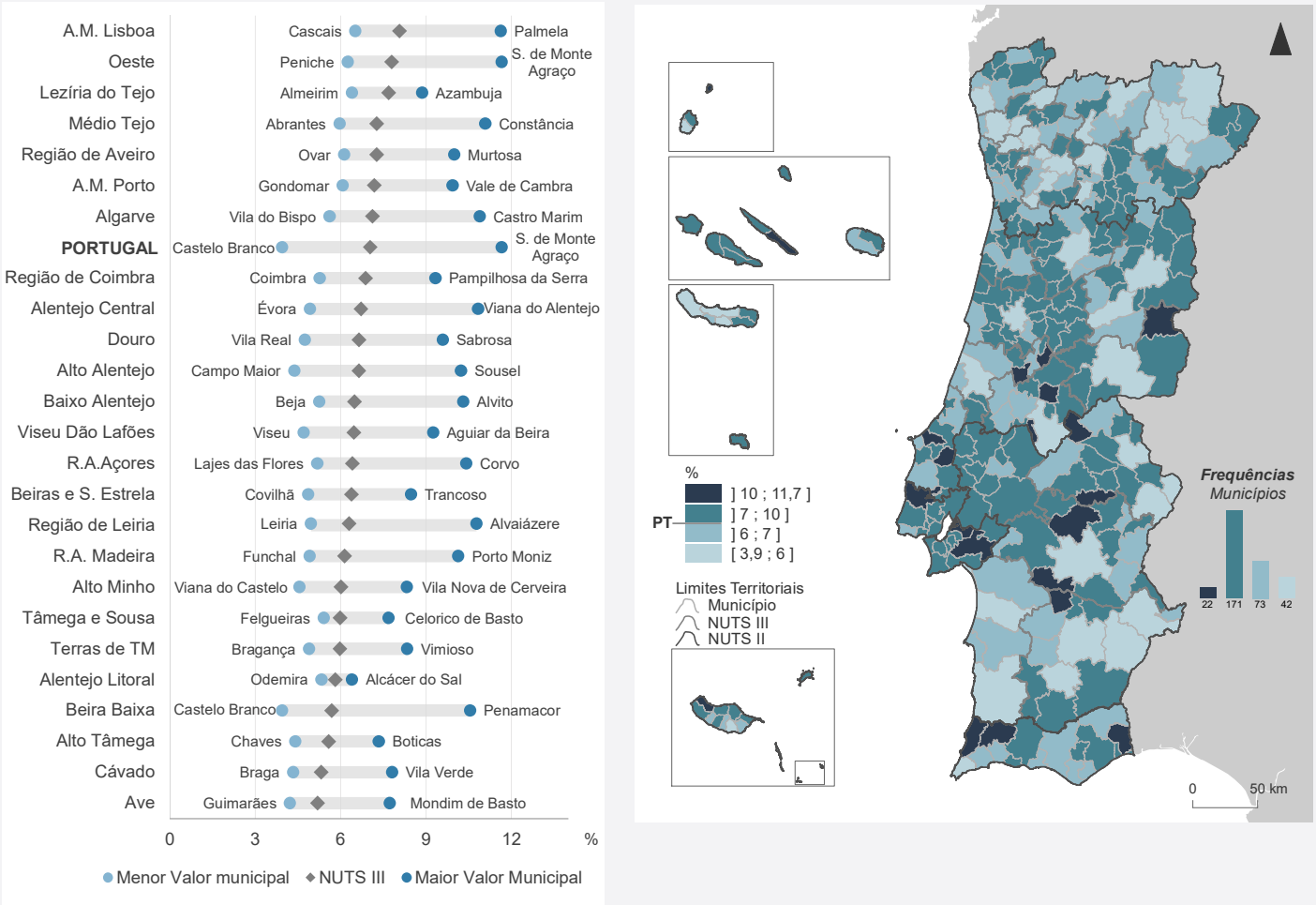
Em 2021, a mobilidade residencial interconcelhia representou 7% da população residente.

A análise da taxa de atração de população proveniente de outro município, entre 2019 e 2021, evidencia um conjunto de 22 municípios em que mais de 10% da população tinha residência um ano antes noutro município: Sobral de Monte Agraço (11,66%), Cadaval (11,29%), Constância (11,08%), Óbidos (10,99%), Alvaiázere

(10,77%), Penamacor (10,55%), Pedrógão Grande (10,50%) e Vila de Rei (10,43%) da região Centro; Viana do Alentejo (10,83%), Arraiolos (10,37%), Alvito (10,31%), Sousel (10,23%), Gavião (10,05%) no Alentejo; Palmela (11,63%), Mafra (10,96%) e Alcochete (10,69%) na Área Metropolitana de Lisboa; Castro Marim (10,89%), Aljezur (10,19%) e Monchique (10,01%) no Algarve. Nas regiões autónomas destacavam-se os municípios do Corvo (10,42%) e Calheta (10,01%) nos Açores e o município de Porto Moniz (10,13%) na Madeira.

Os municípios com valores mais baixos neste indicador e, portanto, com menor capacidade de atração de população proveniente de outros municípios localizavam-se sobretudo no norte do país.

FIGURA 18 –Taxa de atração de população residente proveniente de outro município, município, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

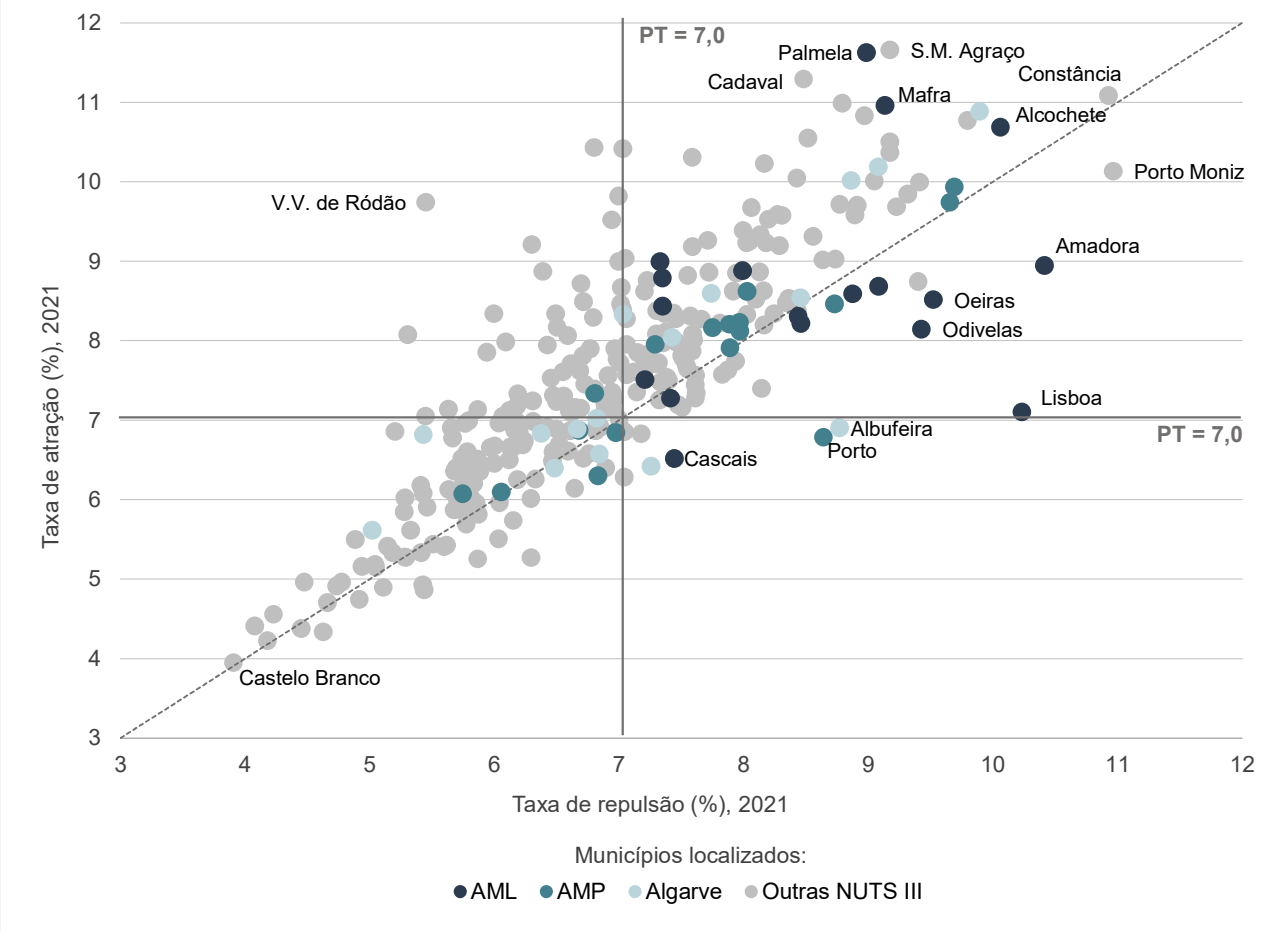
A leitura conjunta das taxas de atração e de repulsão de população proveniente de outro município sugere algum nível de relação entre os dois indicadores[9] e evidenciava 141 municípios, com valores mais elevados que a média nacional (7%). Destacavam-se, neste conjunto, 17 dos 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Estes municípios configuravam-se simultaneamente como territórios atrativos e repulsivos.

A Figura seguinte mostra ainda um outro conjunto de 7 municípios com taxas de repulsão superiores às do país e taxas de atração inferiores à média nacional: Porto e Carrazeda de Ansiães (Norte), Aveiro e Figueiró dos Vinhos (Centro), Cascais (A.M. Lisboa) e, Albufeira e Faro (Algarve). Neste contexto, salienta-se também

[9] O Coeficiente de correlação é de +0,68.

Lisboa que apresenta, tal como o Porto e Albufeira, uma taxa de repulsão claramente superior à de atração (ainda que, no caso de Lisboa, a taxa de atração seja liminarmente superior à nacional).

FIGURA 19 –Taxa de atração e de repulsão de população residente proveniente de outro município, município, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

Em 2021, a análise da taxa migratória interna[10] das sub-regiões, destacava, com valores negativos, apenas as áreas metropolitanas de Lisboa (-0,7%) e do Porto (-0,1%) e o Algarve (-0,1%). Por outro lado, a taxa migratória era mais elevada nas sub-regiões do Oeste (1,4%) e da Lezíria do Tejo (1,2%).

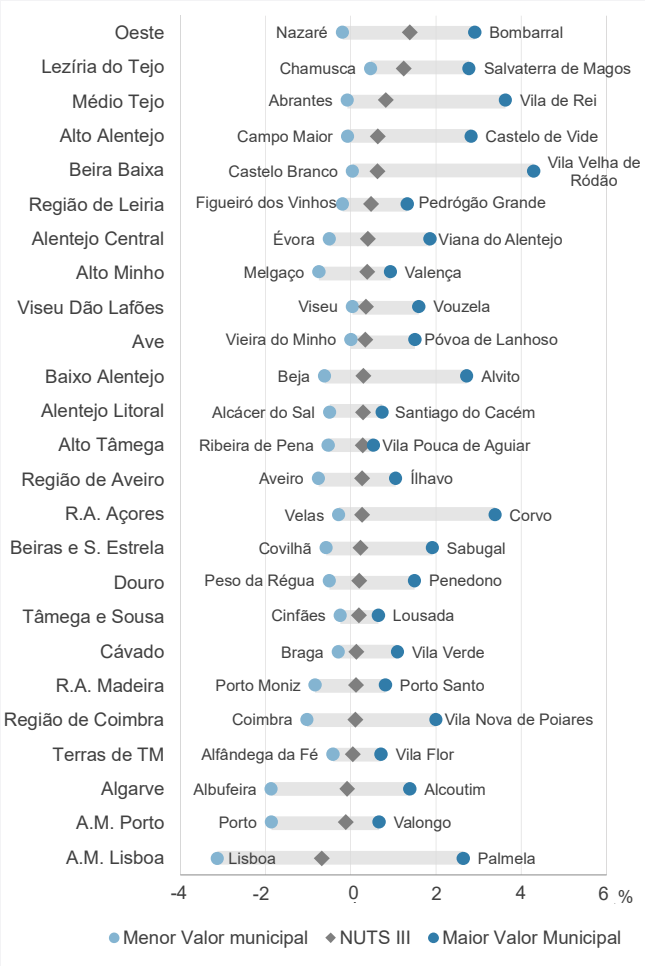
Ao nível municipal, verificavam-se taxas migratórias negativas num conjunto de 60 municípios, dos quais, 10 pertenciam à Área Metropolitana de Lisboa, destacando-se o município de Lisboa com uma taxa de -3%, a mais baixa do país. Ainda com taxas negativas, inferiores a -1%, salientavam-se os municípios da Amadora (-1,5%), Odivelas (-1,3%) e Oeiras (-1,0%), também da Área Metropolitana de Lisboa, e os municípios do Porto, Albufeira (ambos com -1,9%) e Coimbra (-1,0%).

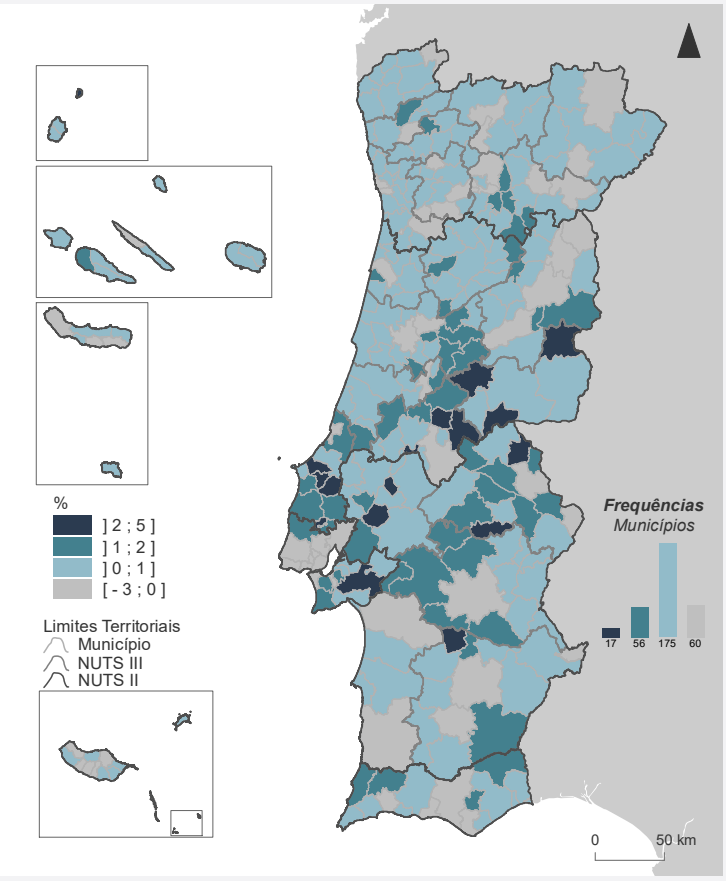
As taxas migratórias mais elevadas verificavam-se em alguns municípios da região Centro (Vila Velha de Ródão, Oleiros, Penamacor, Vila de Rei, Vila Nova da Barquinha, Mação, Bombarral, Cadaval, Sobral de Monte Agraço e Óbidos) e do Alentejo (Castelo de Vide, Sousel, Salvaterra de Magos, Alpiarça e Alvito), destacando-se ainda, o Corvo na Região Autónoma dos Açores e o município de Palmela da Área Metropolitana de Lisboa.

[10] Considerou-se a mobilidade residencial de imigrantes no município provenientes de outros municípios e os emigrantes do município para outros municípios, isto é, as migrações residenciais internas intermunicipais.

A Área Metropolitana de Lisboa apresentava a maior disparidade entre as taxas migratórias dos municípios que a compõem: Lisboa (-3,1%) e Palmela (2,6%).

FIGURA 20 – Taxa migratória interna, NUTS III e município, 2021





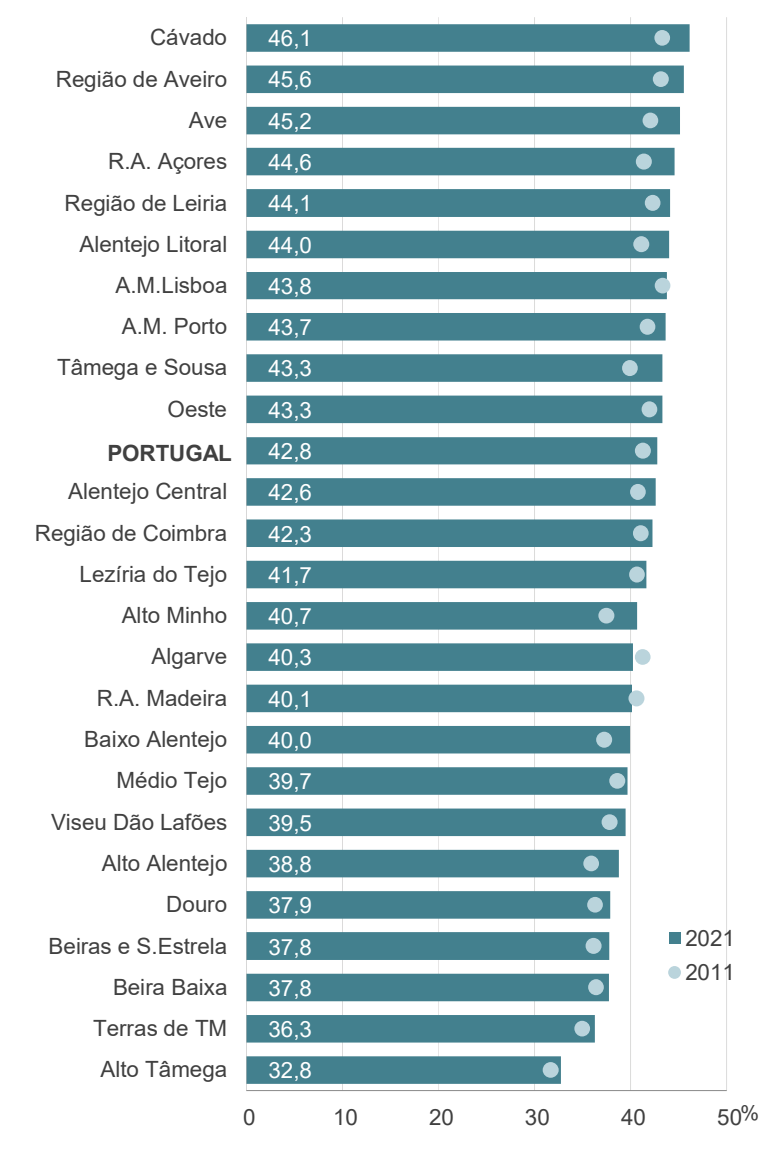
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

3| A ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DOS TERRITÓRIOS À LUZ DAS MOBILIDADES CASA-TRABALHO

A informação censitária permite analisar os movimentos pendulares da população, tendo por referência o local de residência dos indivíduos e o respetivo local de trabalho ou estudo. Nesta análise de mobilidade pendular considerou-se o universo da população residente que trabalha. Os movimentos pendulares da população são captados com base na identificação do local de residência de cada indivíduo e o respetivo local de trabalho ou estudo (em casa, na freguesia do município onde reside, noutra freguesia do município de residência, noutro município – com a respetiva identificação – ou no estrangeiro), permitindo assim identificar o município de trabalho ou estudo e, por isso, uma aproximação à mobilidade motivada por motivos de trabalho ou estudo. Nos Censos de 2021 foi acrescentada a modalidade de resposta sem local de trabalho ou estudo fixo.

As questões relativas à duração da deslocação e modo de transporte foram recolhidas exclusivamente para os indivíduos recenseados no alojamento onde residiam a maior parte do ano.

FIGURA 21 – Proporção de população empregada, Portugal e NUTS III, 2011 e 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

Residiam em Portugal, em 2021, cerca de 4,4 milhões de empregados, o que correspondia a 42,8% da população residente, registando-se um aumento deste valor (+1,5 p.p.) relativamente a 2011. Este aumento foi comum à maioria das sub-regiões NUTS III do país, com exceção do Algarve e da Região Autónoma da Madeira.

Em 2021, nas sub-regiões do Cávado, da Região de Aveiro e do Ave, a população empregada representava mais de 45% do total da população residente da respetiva sub-região. Pelo contrário, o Alto Tâmega (32,8%) registou a menor proporção de população empregada do país.

Em 2021, em Portugal, 34,1% da população empregada trabalhava num município distinto do de residência, 26,2% trabalhava na freguesia de residência, 27,4% noutra freguesia do mesmo município, 5% fazia-o a partir de casa, enquanto 1,7% trabalhava no estrangeiro e, 5,4% não tinha local de trabalho fixo.

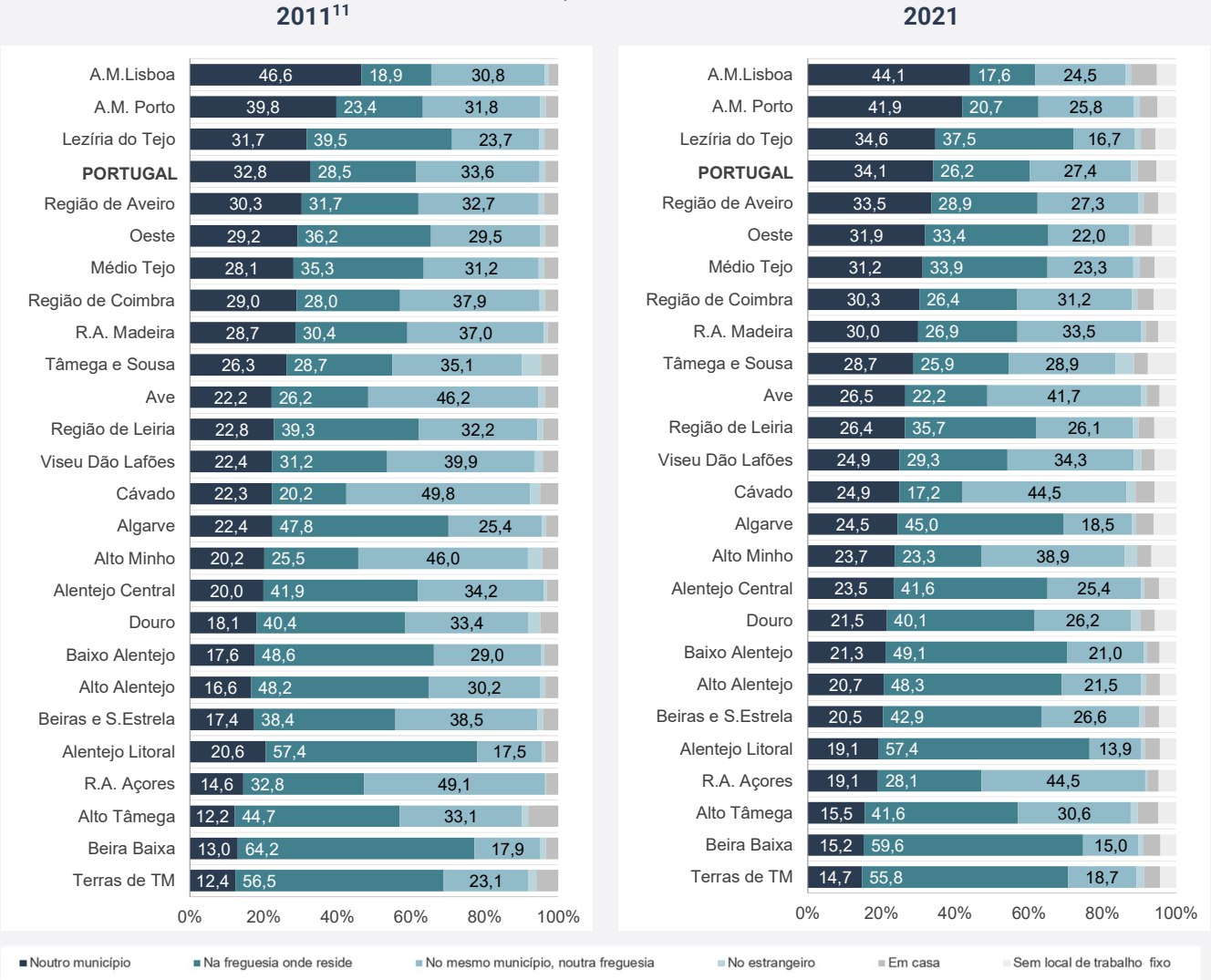
A proporção de população empregada com local de trabalho na mesma freguesia de residência assumia a maior importância relativa, em 2021, em 14 das 25 sub-regiões NUTS III, enquanto para 8 sub-regiões o local de trabalho noutra freguesia do mesmo município assumia o maior peso. No caso das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e da Região de Aveiro, a proporção de população residente empregada que exercia a sua atividade num município distinto da residência era a situação predominante.

Em Portugal, a proporção da população empregada num município distinto da residência aumentou 1,3 p.p., na última década, bem como na generalidade das sub-regiões NUTS III, com exceção da Área Metropolitana de Lisboa e do Alentejo Litoral, que observaram uma diminuição.

Face a 2011, a proporção da população empregada a trabalhar na freguesia de residência diminuiu de 28,5% para 26,2%, assim como a proporção de população empregada que se deslocava para outra freguesia do mesmo município que passou de 33,6%, para 27,4%.

Estes resultados sugerem assim um alargamento do âmbito territorial das mobilidades por motivos de trabalho.

FIGURA 22 – Local de trabalho da população empregada, Portugal e NUTS III, 2011 e 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

[11] As alterações de local de trabalho têm como referencial a organização territorial das freguesias à data dos Censos 2011 e, por isso, anterior à reorganização territorial das freguesias de 2013, que o gráfico para 2021 reflete.

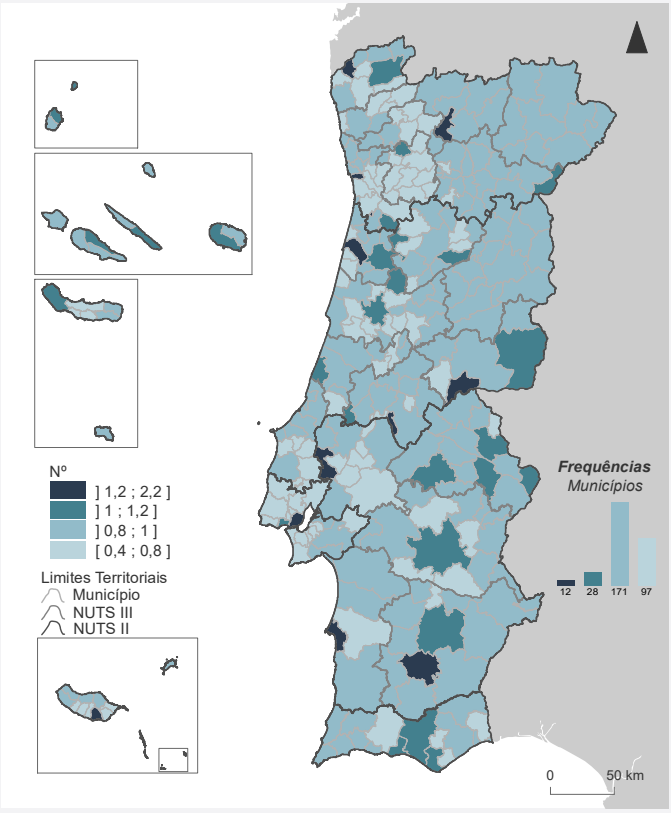
3.1. POLOS DE EMPREGO, ENTRADAS E SAÍDAS DE POPULAÇÃO EMPREGADA

O índice de polarização de emprego relaciona o número de empregados num determinado município com a população empregada residente nesse município. Em 2021, em 40 municípios, localizados de forma dispersa no país, o número de empregados era superior à população residente empregada, destacando-se com os valores mais elevados, os municípios de Lisboa (2,1) e do Porto (1,9). Pelo contrário, sobressaiam, pelo défice relativo de emprego que apresentavam, os municípios de Moita, Seixal e Odivelas, apresentando um nível de emprego correspondente a menos de metade da sua população residente empregada.

Entre 2011 e 2021, apenas em 32 municípios se verificou um aumento do índice de polarização do emprego. Do conjunto de 40 municípios que, em 2021, apresentaram índices superiores a um, 27 verificaram uma diminuição face a 2011, destacando-se o município de Sines com a maior diferença (-0,4).

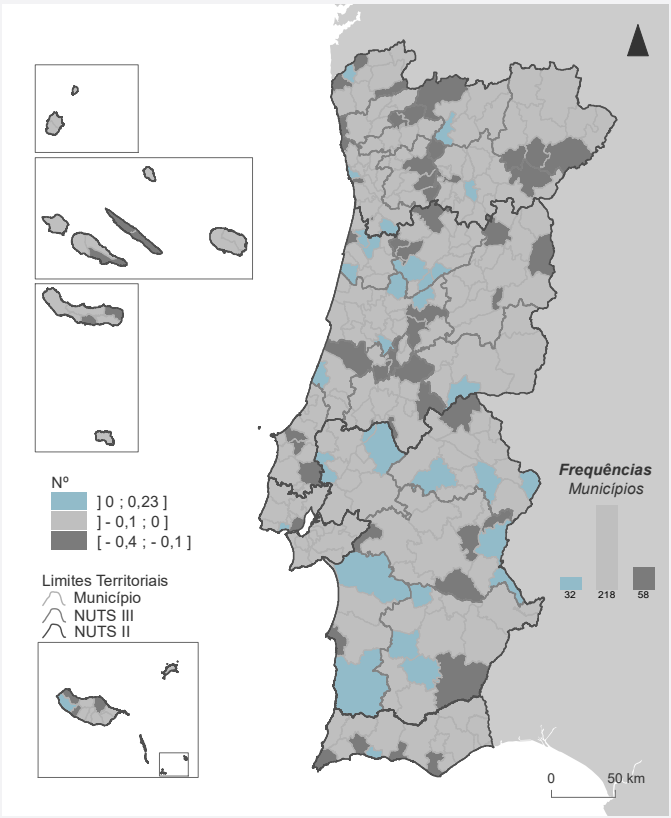
Os municípios que, em 2021, apresentavam os maiores índices de polarização do emprego – Lisboa e Porto – registaram diminuições de -0,18 e -0,15, respetivamente, face a 2011.

FIGURA 23 – Índice de polarização do emprego, município, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

FIGURA 24 – Diferença do índice de polarização do emprego, município, 2021-2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

Em 2021, os municípios com maior capacidade relativa para atrair população empregada – em que mais de metade dos empregados era proveniente de outros municípios – situavam-se na Área Metropolitana de Lisboa – Lisboa (63,6%), Oeiras (61,6%), Alcochete (56,7%), Palmela (54,8%) e Amadora (51,2%) –, na Área Metropolitana do Porto – Porto (66,4%), São João da Madeira (65,1%) e Maia (57,3%) – no Médio Tejo – Constância (66,8%) e Vila Nova da Barquinha (54,8%) – e, na Lezíria do Tejo – Azambuja (58,9%).

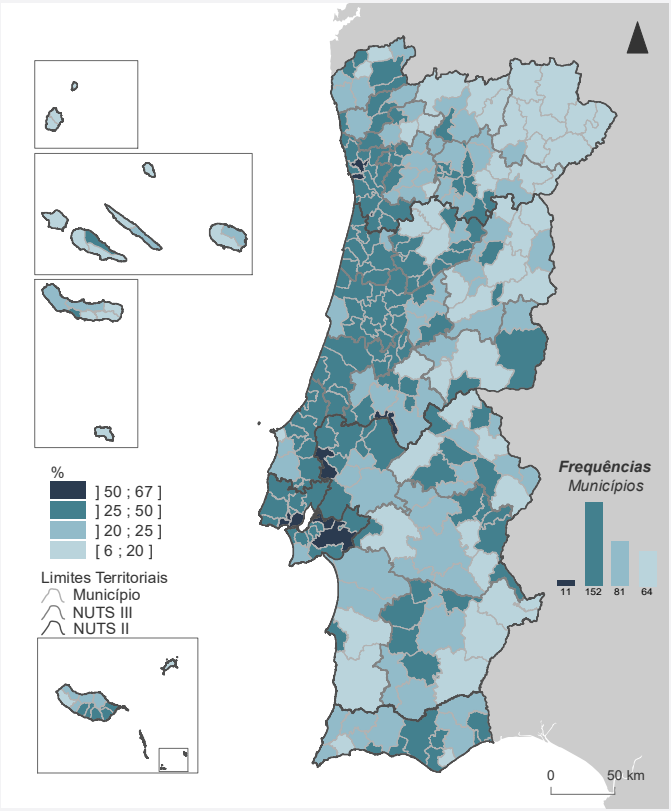
Em termos absolutos, Lisboa era o município onde entravam mais trabalhadores de vindos de outros municípios (322 mil), seguido do Porto (119 mil) e Oeiras (52 mil).

O retrato territorial obtido através da taxa de repulsão, que mede a proporção de população residente empregada de cada município que saía para outro município para trabalhar, confirma a existência de territórios com mercados de trabalho locais mais dinâmicos, nomeadamente nas áreas metropolitanas. Os municípios de Alcochete, Amadora, Oeiras (da Área Metropolitana de Lisboa), Maia (Área Metropolitana do Porto) e de Vila Nova da Barquinha (Médio Tejo) apresentavam valores acima de 50% em ambos os indicadores.

As taxas de repulsão mais reduzidas verificavam-se, maioritariamente, em municípios da Região Autónoma dos Açores (com exceção de Lagoa, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo da ilha de São Miguel e, Vila Praia da Vitória na Terceira), em municípios do interior norte do Continente.

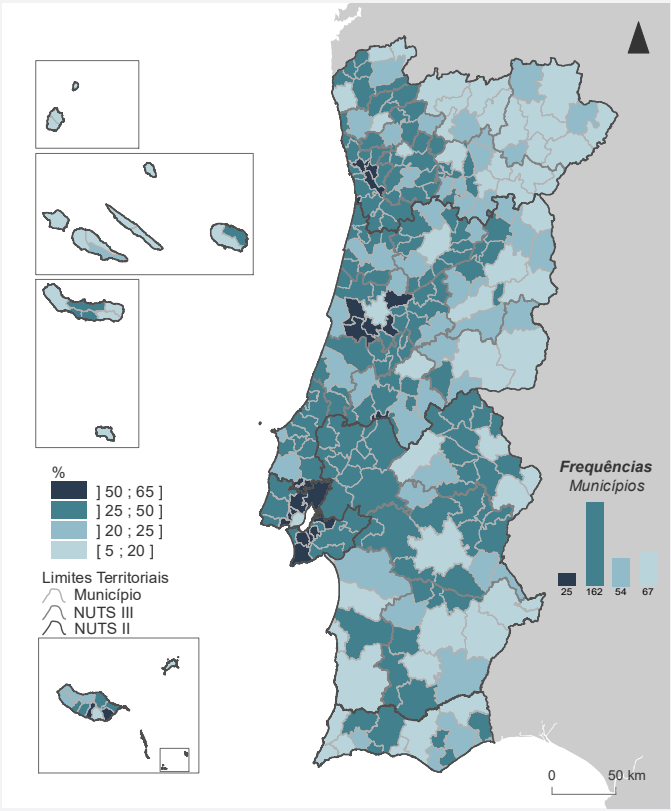
Em termos absolutos, Sintra era o município de onde saíam mais trabalhadores para trabalhar noutros municípios: cerca de 85 mil indivíduos, seguido de Vila Nova de Gaia (51 mil) e Loures (46 mil).

FIGURA 25 – Taxa de atração de empregados, município, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

FIGURA 26 – Taxa de repulsão de empregados, município, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

3.2. MODOS E TEMPOS DE DESLOCAÇÃO NOS MOVIMENTOS CASA-TRABALHO

De acordo com os dados dos Censos, em 2021, para a população residente empregada e que se desloca por motivos de trabalho, o automóvel ligeiro (como condutor ou passageiro) é o principal meio de transporte utilizado, em Portugal e em todas as sub-regiões NUTS III do país. A Região de Leiria, Viseu Dão-Lafões, Região

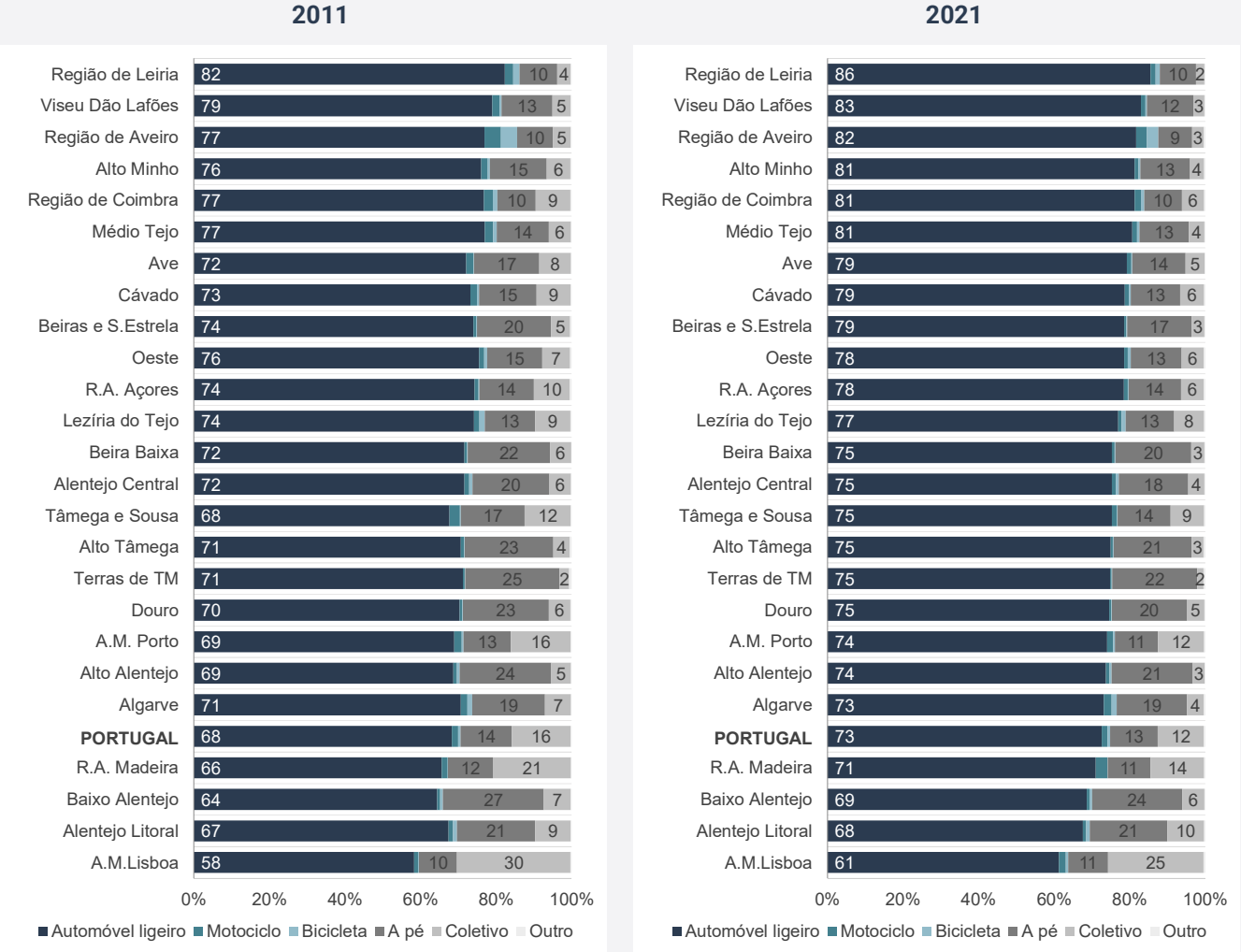
de Aveiro, Alto Minho, Região de Coimbra e Médio Tejo apresentavam as proporções mais elevadas, com valores superiores a 80%. A Área Metropolitana de Lisboa registou a proporção mais baixa (61%).

Tanto em 2011 como em 2021, em todas as sub-regiões NUTS III, mais de metade da população residente empregada utilizava o automóvel ligeiro como principal meio de transporte para as deslocações casa-trabalho, verificando-se um aumento do peso relativo deste meio de transporte, entre 2011 e 2021, em todas as sub-regiões do país.

Em 2021, cerca de 12% dos residentes empregados recorriam ao transporte coletivo (autocarro, metropolitano, comboio, barco ou transporte coletivo da empresa), sendo este peso mais expressivo na Área Metropolitana de Lisboa (25,2%).

Em Portugal, cerca de 13% dos indivíduos iam a pé para o local de trabalho verificando-se uma diminuição desta proporção face a 2011 (14%), que foi comum a todas as sub-regiões, com exceção da Área Metropolitana de Lisboa, onde o peso relativo das deslocações a pé aumentou 0,5 p.p.

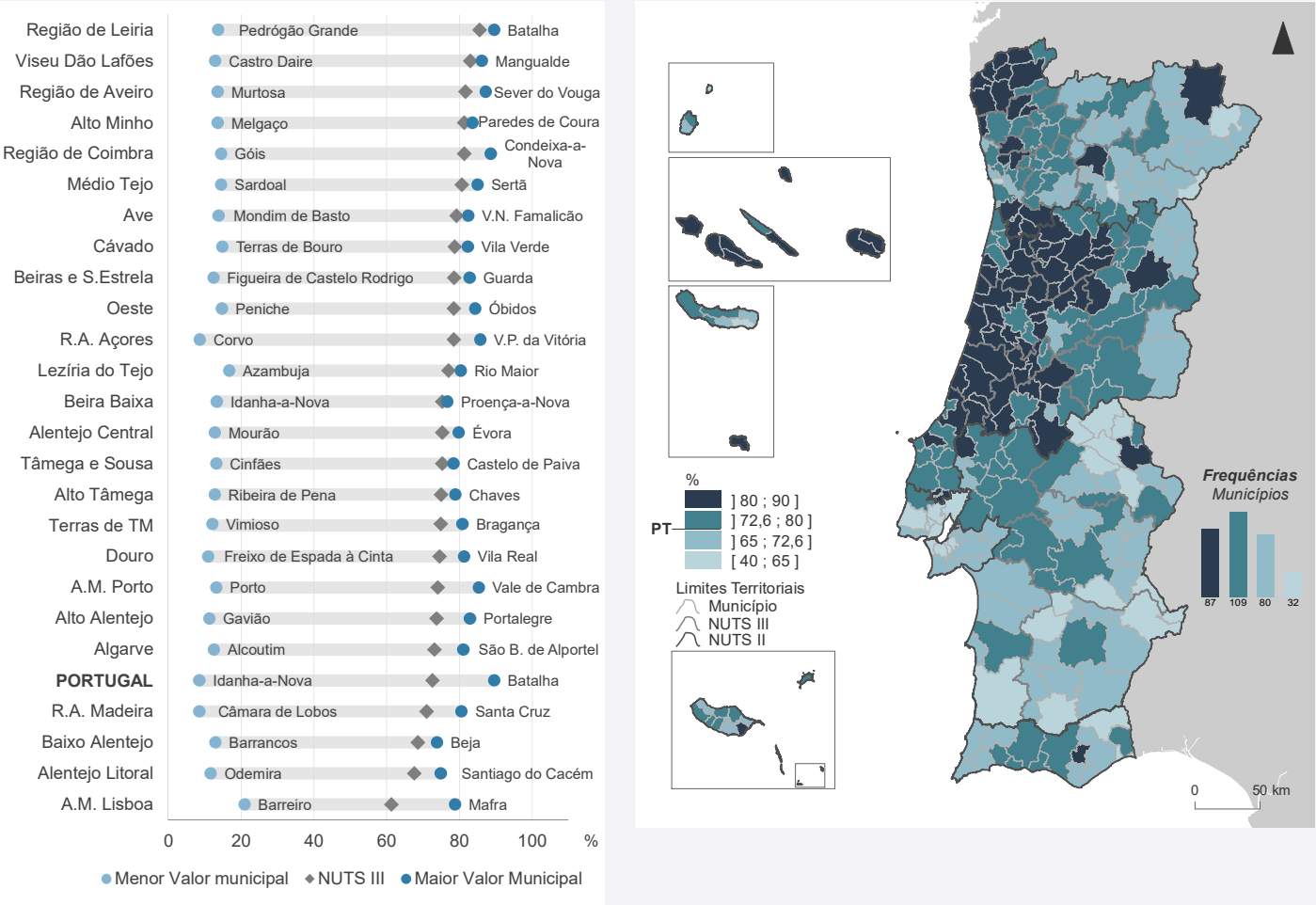
FIGURA 27 – Proporção de população residente empregada por principal meio de transporte utilizado nos movimentos casa-trabalho, Portugal e NUTS III, 2011 e 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

A análise ao nível municipal, da proporção de população residente empregada que utiliza o automóvel ligeiro como principal meio de transporte nas deslocações casa-trabalho, destaca com valores mais elevados, superiores a 80%, os municípios do litoral da região Centro, municípios da sub-região do Alto Minho e também a maioria dos municípios das ilhas do grupo Central da Região Autónoma dos Açores. Pelo contrário, registando os valores mais baixos neste indicador, inferiores a 65%, destacavam-se um conjunto de 32 municípios localizados maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa e no Alentejo.

FIGURA 28 – Proporção de população residente empregada que utiliza automóvel nos movimentos casa-trabalho, município, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

Em 2021, 57,7% da população residente empregada demorava até 15 minutos na deslocação para o local de trabalho, 30,4% demorava entre 16 e 30 minutos, 14% entre 31 e 60 minutos e, 3,9% demorava mais do que 1 hora na deslocação, correspondendo a uma duração média de 20,7 minutos.

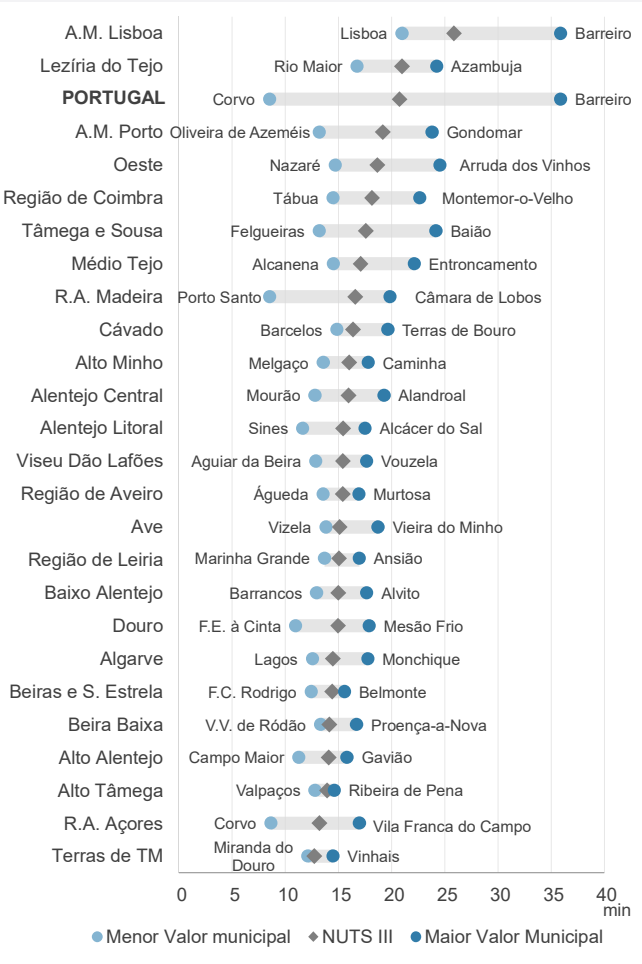
Ao nível sub-regional, era na Área Metropolitana de Lisboa que, em média, a população residente empregada demorava mais tempo nas suas deslocações casa-trabalho: 25,9 minutos. Para além da Área Metropolitana de Lisboa, a duração média da deslocação para o local de trabalho era também superior ao valor nacional, na sub-região da Lezíria do Tejo (21 minutos). Em Terras de Trás-os-Montes, Alto Tâmega e na Região Autónoma dos Açores, em média, as deslocações para o local de trabalho eram inferiores a 14 minutos.

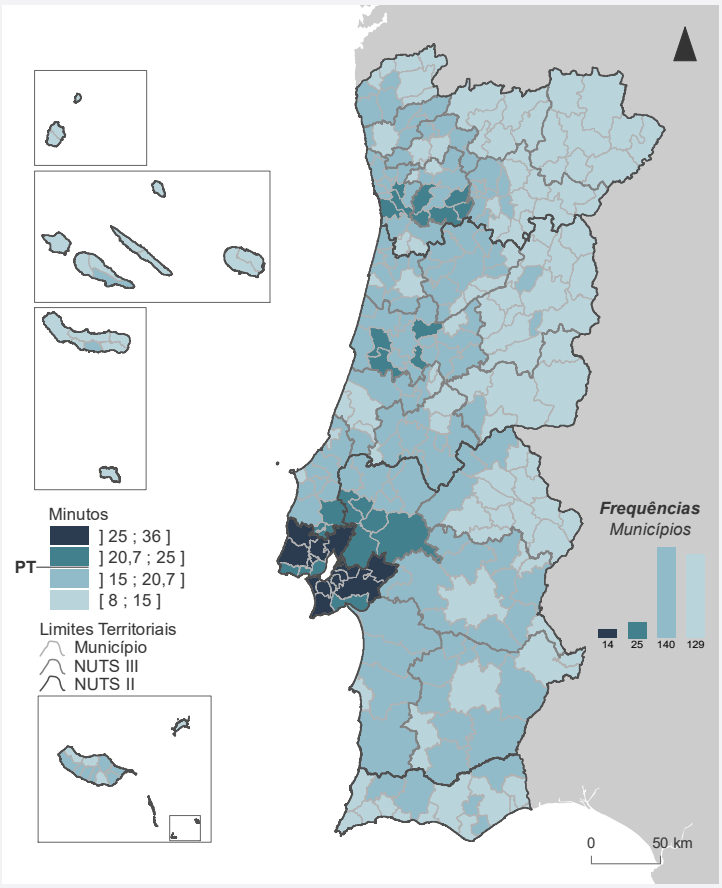
A análise deste indicador ao nível municipal destaca, com valores superiores a 25 minutos, 14 dos 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

Com valores inferiores a 25 minutos, mas acima da média nacional (20,7), evidenciavam-se os restantes 4 municípios da Área Metropolitana de Lisboa (Cascais, Oeiras, Setúbal e Lisboa) e os municípios de Coruche, Benavente, Cartaxo, Salvaterra de Magos, Azambuja (da Lezíria do Tejo), Alenquer, Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos (do Oeste) e Entroncamento (do Médio Tejo) adjacentes à Área Metropolitana de Lisboa. Na Região de Coimbra destacavam-se os municípios de Montemor-o-Velho, Soure, Mirando do Corvo e Penacova, e no norte do país, um conjunto de municípios contíguos pertencentes à Área Metropolitana do Porto (Gondomar, Valongo e Vila Nova de Gaia) e à sub-região Tâmega e Sousa (Penafiel, Castelo de Paiva, Cinfães, Resende e Baião).

A Área Metropolitana de Lisboa foi a sub-região onde se verificou a maior amplitude no tempo médio de deslocação casa-trabalho entre municípios (14,9 minutos): o menor valor registou-se em Lisboa (21,0 minutos) e o maior no Barreiro (35,9 minutos). A Região Autónoma da Madeira, o Tâmega e Sousa e a Área Metropolitana do Porto apresentaram também diferenciais de duração média entre municípios superiores a 10 minutos.

FIGURA 29 – Duração média dos movimentos casa-trabalho da população empregada, município, 2021



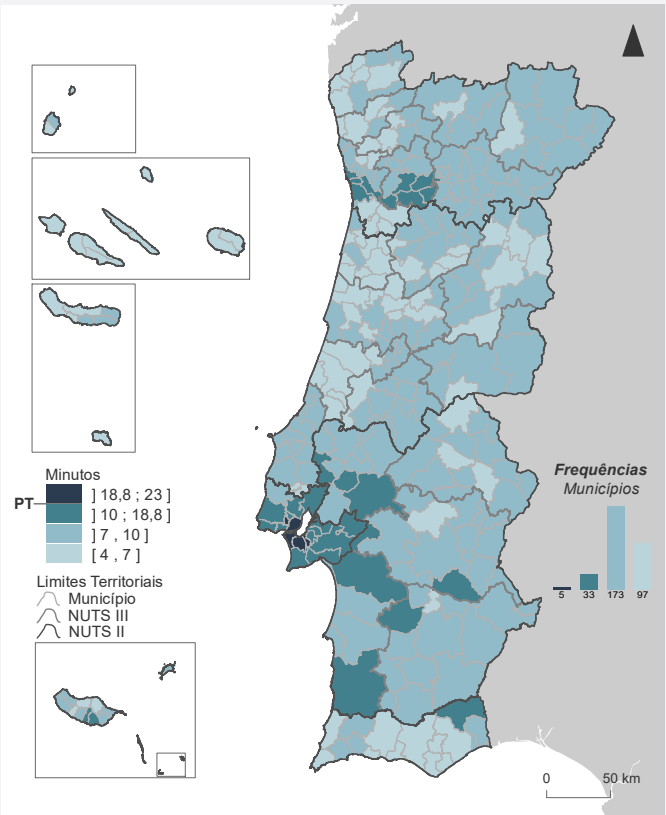


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

Analisando a duração média das deslocações casa-trabalho por principal meio de transporte utilizado, verificava-se que, em 2021, a população residente empregada que utilizava o automóvel ligeiro no trajeto casa-local de emprego demorava em média 18,8 minutos. O padrão territorial deste indicador destacava com tempos médios superiores a 10 minutos, a maioria dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa – evidenciando-se Amadora, Barreiro, Almada e Seixal com durações médias superiores a 20 minutos – e, no norte do país, uma faixa de municípios contíguos que se estendia desde Matosinhos (na A.M. Porto) até Baião (na sub-região do Tâmega e Sousa).

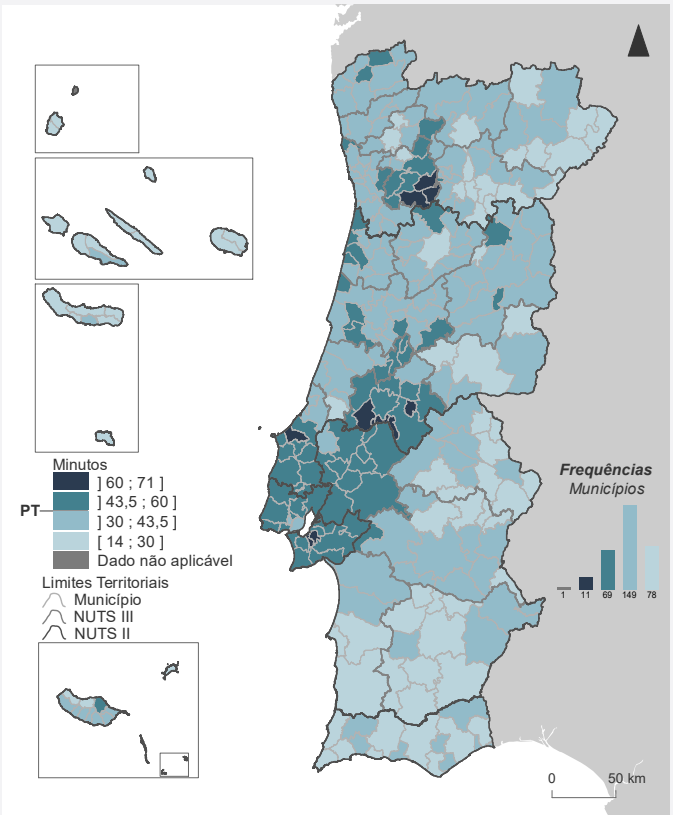
Em 2021, o tempo médio de deslocação casa-trabalho da população residente empregada que utilizava o transporte coletivo como principal meio de transporte era 43,5 minutos. Ao nível municipal, verificavam-se tempos médios mais elevados que a referência nacional, em municípios localizados maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa, Lezíria do Tejo, Oeste e Médio Tejo e, no Norte, na sub-região do Tâmega e Sousa. Destacava-se um conjunto de 11 municípios onde a população residente empregada que utilizava o transporte coletivo como principal meio de transporte demorava mais do que 1 hora nas suas deslocações casa-trabalho: Vila Nova da Barquinha, Entroncamento, Sardoal, Constância, Torres Novas (no Médio Tejo), Óbidos (no Oeste), Barreiro, Moita (A.M. Lisboa), Cinfães, Baião e Resende (no Alto Tâmega).

FIGURA 30 – Duração média dos movimentos casa-trabalho da população empregada que utiliza o transporte automóvel, município, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

FIGURA 31 – Duração média dos movimentos casa-trabalho da população empregada que utiliza o transporte coletivo, município, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

CONCEITOS PARA FINS ESTATÍSTICOS

Alojamento: Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da coletividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam.

Alojamento familiar: Alojamento que, normalmente, se destina a alojar apenas uma família/agregado doméstico e não é totalmente utilizado para outros fins no momento de referência.

Alojamento familiar clássico: Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros).

Alojamento familiar de residência habitual: Alojamento familiar ocupado que constitui a residência habitual ou principal de pelo menos uma família.

Alojamento familiar vago: Alojamento familiar desocupado e que está disponível para venda, arrendamento, demolição ou outra situação no momento de referência.

Área mediamente urbana: Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semiurbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Área predominantemente rural: Freguesia não classificada como "Área Predominantemente Urbana" nem "Área Mediamente Urbana".

Área predominantemente urbana: Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes; 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da

população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Condição perante o trabalho: Situação do indivíduo perante a atividade económica no período de referência podendo ser considerado ativo ou inativo.

Densidade populacional: Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território, habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado.

Edifício: Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.

Edifício clássico: Edifício cuja estrutura e materiais empregues tem um carácter não precário.

Empregado: Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: 1) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; 2) tinha uma ligação formal a um emprego mas não estava temporariamente ao serviço; 3) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; 4) estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

Índice de lotação do alojamento: Indicador do número de divisões a mais ou a menos em relação ao número de residentes no alojamento.

Índice de polarização de emprego: Quociente entre a população empregada numa determinada unidade territorial e a população aí residente e empregada.

Local de residência habitual: Local onde a pessoa passa habitualmente o seu período de descanso quotidiano (independentemente de ausências temporárias por motivos de lazer, férias, visita a amigos e familiares, atividade profissional, tratamento médico ou outras), e onde vive ou tem a intenção de viver a maior parte do ano, tendo por referência os últimos 12 meses.

Migração: Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com intenção de mudar de residência de forma temporária ou permanente. A migração subdivide-se em migração internacional (migração entre países) e migração interna (migração no interior de um país).

Movimento pendular: Deslocação diária, entre a residência e o local de trabalho ou estudo, efetuada pela população residente que vive no respetivo alojamento a maior parte do ano.

Necessidades de reparações no edifício: Verificação da necessidade de intervenção no edifício.

População residente: Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Principal meio de transporte utilizado: Transporte utilizado para percorrer a maior distância da viagem, sendo que no caso de ser diferente na ida e na volta, se opta pelo meio de transporte utilizado na ida.

Saldo migratório interno: Número de imigrantes na unidade territorial provenientes de outras unidades territoriais – Número de emigrantes da unidade territorial para outras unidades territoriais.

Taxa de atração de empregados: População empregada não residente que se desloca para a unidade territorial para trabalhar / População empregada na unidade territorial (independentemente do local de residência) x 100.

Taxa de atração de população residente: População residente que em 31/12/2019 residia noutra unidade territorial / População residente na unidade territorial x 100.

Taxa de repulsão de empregados: População residente empregada que se desloca para outra unidade territorial para trabalhar / população empregada que reside na unidade territorial (independentemente do local de trabalho) x 100.

Taxa de repulsão de população residente: População residente que em 31/12/2019 residia na unidade territorial e já não reside / População residente na unidade territorial x 100.

Taxa migratória interna: Saldo migratório interno / População residente na unidade territorial x 100.

.

Instituto Nacional de Estatística
Statistics Portugal